

Aline Strelow

Análise Global de Processos Jornalísticos: uma proposta metodológica

ANÁLISE GLOBAL DE PROCESSOS JORNALÍSTICOS
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Dadeus Grings

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Ana Maria Lisboa de Mello

Elaine Turk Faria

Érico João Hammes

Gilberto Keller de Andrade

Helenita Rosa Franco

Jane Rita Caetano da Silveira

Jerônimo Carlos Santos Braga

Jorge Campos da Costa

Jorge Luis Nicolas Audy – **Presidente**

José Antônio Poli de Figueiredo

Jurandir Malerba

Lauro Kopper Filho

Luciano Klöckner

Maria Lúcia Tiellet Nunes

Marília Costa Morosini

Marlise Araújo dos Santos

Renato Tetelbom Stein

René Ernaini Gertz

Ruth Maria Chittó Gauer

EDIPUCRS

Jerônimo Carlos Santos Braga – **Diretor**

Jorge Campos da Costa – **Editor-chefe**

Aline Strelow

ANÁLISE GLOBAL DE PROCESSOS JORNALÍSTICOS
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA



© EDIPUCRS, 2010

CAPA Rodrigo Valls

DIAGRAMAÇÃO Rodrigo Valls

REVISÃO Rafael Saraiva



EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33

Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900

Porto Alegre – RS – Brasil

Fone/fax: (51) 3320 3711

e-mail: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S915a Strelow, Aline.

Análise global de processos jornalísticos: uma proposta metodológica [recurso eletrônico] / Aline Strelow. – Dados eletrônicos. - Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

76 p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs>

ISBN 978-85-7430-987-3 (on-line)

1. Comunicação Social. 2. Pesquisa em Jornalismo.
3. Jornalismo – Metodologia. 4. Processos Jornalísticos. I.
Título.

CDD 070

Aos meus pais, Carlos e Ildair;
Ao meu amor, Flávio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 PESQUISA EM JORNALISMO.....	14
1.1 TEORIAS.....	14
1.1.1 Teoria do espelho e conceito de objetividade.....	15
1.1.2 <i>Gatekeeper</i>	16
1.1.3 Sociologia interpretativa.....	17
1.1.4 Ação política.....	18
1.1.5 Construtivismo.....	18
1.1.6 Cultura jornalística.....	20
1.1.7 Unionismo.....	20
1.2 MÉTODOS.....	21
1.2.1 Método comparativo.....	22
1.2.2 Análise de conteúdo.....	22
1.2.3 Análise do discurso.....	23
1.2.4 Hermenêutica.....	24
1.2.5 Entrevista em profundidade.....	25
1.2.6 Etnografia.....	26
1.2.7 <i>Newsmaking</i>	27
1.2.8 Pesquisa-ação.....	28
1.2.9 Grupos focais.....	28
1.2.1 História oral.....	29
1.3 CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA.....	30
1.3.1 Precursores.....	30
1.3.2 Corrente ético-social.....	31
1.3.3 Corrente técnico-editorial.....	32
1.3.4 Corrente político-ideológica.....	34
1.3.5 Corrente crítico-profissional.....	36
1.3.6 Corrente crítico-histórico-tecnológica.....	40

1.4 NOVAS PERSPECTIVAS.....	42
2 ANÁLISE GLOBAL DE PROCESSOS JORNALÍSTICOS.....	47
2.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL.....	50
2.2 PRODUÇÃO.....	50
2.3 TEXTOS.....	52
2.3.1 Análise do discurso	52
2.3.1.1 Produção discursiva.....	53
2.3.1.2 Análise do discurso jornalístico.....	54
2.3.1.2.1 Vozes.....	57
2.4 LEITURAS.....	58
2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGPJ.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

Ainda que não possa acessar a realidade propriamente dita, ou ontológica, o homem esforça-se em buscar um desenho o mais próximo possível dessa realidade. Quando os sujeitos do conhecimento transformam a realidade ontológica em objeto passível de conhecimento, inevitavelmente reconstruem essa realidade, independente da área na qual empreendem suas pesquisas, como explica Sousa (2006, p. 318). Diante da inacessibilidade da verdade ontológica, o ser humano tem de se contentar com a verdade fenomenológica, como pontua Rodrigues dos Santos (2001, p. 32).

A verdade ontológica torna-se compreensível em sua versão fenomenológica através dos discursos, partilháveis em patamares de intersubjetividade sempre que o objeto, de alguma maneira, sobrepõe-se aos diferentes sujeitos que o conhecem, ou seja, quando há objetividade, como explica Sousa (2006, p. 319). Para ele, o discurso científico tem sempre uma intenção de verdade, uma intenção de compreensão e de conhecimento do objeto, um compromisso com a realidade, ainda que fique no nível dos fenômenos e não dos nômenos.¹ Assim, os métodos mais precisos e fiáveis de aproximação do sujeito à realidade são os métodos científicos e o conhecimento mais fiel à realidade fenomenológica perceptível é o conhecimento científico.

Comprovável e verificável, o conhecimento científico pode ser refutado quando não passar nos exames aos quais deve ser submetido.

Portanto, na ciência, não se deve abandonar a intenção de objetividade, a intenção de sobreposição do objeto de conhecimento aos sujeitos de conhecimento, materializada na idéia de que sempre que existe evidência suficiente pode-se afirmar com certeza uma “verdade” científica (SOUSA, 2006, p. 319).

Para descortinar essa “verdade”², a ciência vale-se de métodos, eles mesmos

¹ O nômeno é a essência da realidade. Algo que está além do território perceptivo e cognoscitivo dos seres humanos (SOUSA, 2006, p. 318).

² A noção de verdade, em ciências sociais, diferencia-se da empregada nas ciências naturais. Nesta última, as pesquisas com frequência conduzem ao estabelecimento de leis. Nas ciências sociais, muitas

postos à prova cada vez em que são aplicados. São as técnicas e procedimentos científicos que permitem ao pesquisador enxergar o objeto com olhos de analista. Seu objetivo não é fornecer amarras ao conhecimento, ou enquadrá-lo em uma fórmula estanque, comprovável apenas na repetição. É, sim, possibilitar, de certa forma, a construção do curso real dos acontecimentos através de palavras, a fim de torná-lo inteligível e comunicável, como disse Park (1970, p. 171-172). Em seu estudo sobre a notícia como *forma de conhecimento*, o autor define o conhecimento científico como o resultado da observação sistemática do mundo, buscado com todo o aparelhamento formal criado pela pesquisa científica. Não há, para ele, no entanto, nenhum método científico totalmente independente da intuição ou da percepção. O que os procedimentos científicos fazem, além de garantir a supremacia do objeto perante o sujeito, é proteger o investigador dos perigos de uma interpretação baseada na corrida apaixonada pelo conhecimento.

Obedecer a um método não significa ser seu escravo, negar o que mostra a sensibilidade e as fatalidades do percurso científico. O método é, antes, o guia desse saber, indispensável para a construção da ciência e para a máxima aproximação da verdade.

Em uma crítica ao que considera a aplicação do positivismo na academia, Machado da Silva defende que a poesia no método é também a aceitação de que não há metodologia definitiva, não há método pronto, não há pureza metodológica.

Durante muito tempo, no âmbito acadêmico, se condenou a mestiçagem cultural, a mescla de referências, a conciliação dos inconciliáveis. Hoje, apesar do espectro sempre robusto do positivismo rondando o campo científico, a antropofagia já pode figurar na ceia da pesquisa universitária (2003, p. 264).

O autor não crê, no entanto, na possibilidade de um método *a priori*. Embora ressalte que a impossibilidade do método não representa recusa do rigor ou abandono da orientação, afirma que, se método significa conhecer o caminho de antemão, então só há método *a posteriori*, só há relato metodológico depois da caminhada concluída.

Compartilhamos de sua visão a respeito da mestiçagem cultural, do cruzamento de diferentes referências, da interdisciplinaridade. Discordamos quando nega a

vezes, restringem-se à identificação de tendências. As teorias, neste campo, não são tão gerais quanto se gostaria que fossem. O verdadeiro, em ciências sociais, pode ser apenas um verdadeiro relativo e provisório (GIL, 2009).

possibilidade de uma reflexão metodológica anterior ao desenvolvimento da pesquisa. Acreditamos que o conhecimento científico se constrói e reconstrói através de seus métodos, que não servem para amordaçar a intuição ou excluir a imaginação, mas, antes, para libertar o pensamento.

Como bem sublinha Machado da Silva (2003, p. 265), a tarefa do investigador não é confirmar um método, mas fazer emergir o conhecimento. Para isso, é necessário recorrer a meios, a instrumentos, que não são neutros e, portanto, incidem sobre a descoberta. O meio, para ele, não pode ser transformado em fim, o conhecimento não pode se deixar dominar pela metodologia de construção do saber. Compartilhamos, em parte, de seu ponto de vista. O método não é o fim, é o meio para se chegar ao conhecimento. A simples confirmação de um método não garante cientificidade à pesquisa. Porém, pensar metodologicamente os objetos de determinado campo do saber, propor olhares, guias, as já referidas lentes de um microscópio mental, é relevante para a consolidação desse campo, para a construção do discurso científico e para a constante problematização de suas questões. A grandeza do método, como refere o autor, não deve ser reduzida à pequenez das formas de catalogação e registro. Ele significa um modo de enxergar a pesquisa e o mundo. Está impregnado pelas experiências do pesquisador, e é importante que seja assim.

Neste trabalho, propomos uma estratégia metodológica para o estudo do jornalismo, pelo qual temos verdadeira paixão. Buscar enxergá-lo através de uma lente metodológica é considerá-lo enquanto objeto de pesquisa, embora ele esteja presente em nossa vida com outras diferentes roupagens. A *lente*, apresentada aqui, tem muito a ver com nossa própria trajetória na investigação científica, com nossas vivências e leituras na área da comunicação.

A Análise Global de Processos Jornalísticos (AGPJ) é resultado de um diálogo entre pesquisadores e seu objeto de estudo. Da curiosidade e do respeito por ele, foram traçadas as linhas mestras dessa proposta, cuja pretendida inovação reside na combinação organizada entre teorias e técnicas de pesquisa em jornalismo com o circuito comunicativo idealizado por Richard Johnson. Por isso, aplicá-la satisfatoriamente não significa simplesmente replicar as ferramentas e conceitos trabalhados aqui. É necessário problematizá-los frente ao objeto. A AGPJ é uma tentativa de enxergar o jornalismo cientificamente. Mas cabe ao investigador ajustá-la ao seu microscópio e, mais ainda, ao seu objeto de pesquisa.

A visão do jornalismo, proposta nessa investigação, está comprometida com a compreensão do processo comunicativo, mesmo que ele não seja analisado em sua completude nos trabalhos de pesquisa que venham a empregá-la. A AGPJ visa compreender o circuito do jornalismo, em seus principais momentos. Trata-se de uma proposta metodológica, sim, mas, mais do que isso, de um entendimento sobre o jornalismo como objeto de pesquisa científica.

Sua investigação exige a aplicação de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a apreensão e compreensão do objeto de estudo em sua complexidade. Por registrar os acontecimentos do presente, o jornalismo, em qualquer um de seus formatos – impresso, radiofônico, televisivo ou *on-line*, apresenta uma diversidade de preciosos objetos de pesquisa. Através de seu estudo, é possível compreender o cotidiano de uma época, resgatar o contexto e a repercussão de determinado momento da realidade. Isso tudo, é claro, sob o ponto de vista do veículo pesquisado. E a própria ótica desse veículo representa um reflexo do período em que foi publicado, levando-se em consideração seu posicionamento e sua localização.

Quando transformados em objeto de pesquisa científica, os produtos jornalísticos, tão definitivos e estanques, ao primeiro olhar, revelam-se vivos e repletos de histórias a serem descobertas por detrás da palavra enunciada. O jornalista, enquanto historiador do instante, interpreta os acontecimentos e não apenas os recita. As narrativas jornalísticas, mesmo tendo como norte a objetividade e a imparcialidade, são espaços de subjetividade. Mediador, o jornalista imprime seu ponto de vista à notícia, mesmo quando não opina. Os estudos acerca da *filtragem* e das rotinas da profissão demonstram a característica hermenêutica do jornalismo. Considerando estes aspectos, a AGPJ vincula-se ao paradigma construcionista dos estudos de jornalismo, que o define como um dos processos construtores da realidade – ao mesmo tempo em que é construído por ela.

Ter como objeto de pesquisa um produto jornalístico é um desafio. É uma opção temática e metodológica que suscita diferentes questionamentos, os quais, na maioria das vezes, não podem ser respondidos apenas com a existência física do objeto. Na década de 70, Melo (1970, p. 46) criticava a utilização de técnicas das Ciências Sociais pelas Ciências da Comunicação e da Informação, algo bastante recorrente na época e, ainda hoje, tendo em vista que a segunda surge como um ramo da primeira. De acordo com o autor, no entanto, esse fato não prejudicava o delineamento de uma

metodologia peculiar, em fase de concepção e de experimentação naquele momento.

Desde lá, diversos pesquisadores, iniciantes ou experimentados, debruçaram-se sobre o tema, seja estudando a aplicação metodológica nos programas de pós-graduação em comunicação social, como fez Lopes (1990), elaborando manuais para projetos de mestrado e doutorado, a exemplo de Santaella (2001), abordando criticamente os trabalhos empreendidos na área, como o texto de Rüdiger (2002), ou alertando para a urgência da compreensão da *esfinge midiática* pelas comunidades acadêmicas, a fim de retornar à sociedade o conhecimento necessário para desvendar os processos comunicativos, como escreveu Melo (2004), para citar apenas alguns. Recentemente, Jorge e Barros publicaram **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** (2006), no qual reúnem o pensamento de diversos investigadores de ponta da área a respeito dos procedimentos e técnicas mais comumente empregados nas pesquisas sobre a comunicação e, inclusive, o jornalismo. Em 2007, Benetti e Lago lançaram **Metodologias de pesquisa em jornalismo**, obra que discute a intersecção entre o jornalismo e outras áreas do conhecimento, a aplicação de métodos científicos e apresenta, ainda, exemplos de pesquisas realizadas nesse campo.

Também nesse ano, as metodologias de pesquisa em jornalismo foram o tema central do 5º SBPJor – Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em Aracaju (SE), entre os dias 15 e 17 de novembro. Verifica-se, assim, uma abertura dos pesquisadores da área para essa temática, essencial para a consolidação desse campo de pesquisa. No evento, verificou-se que a discussão metodológica acerca do jornalismo enquanto objeto de pesquisa científica ainda é bastante incipiente. Grande parte dos investigadores da área não a empreendem em suas pesquisas e, pior do que isso, na maioria das vezes sequer citam a metodologia empregada (HOHLFELDT e STRELOW, 2007).

A construção de metodologias peculiares às Ciências da Comunicação, iniciada ainda na década de 60, com a criação do Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM) por Luiz Beltrão, é uma tarefa ainda em execução pelos pesquisadores da área. Sua evolução obedece à transformação constante dos objetos, sujeitos, contextos e processos comunicativos. Os métodos científicos, embora propostos com a intenção de certa longevidade, têm sua permanência definida por fatores externos a eles e à própria ciência. Logo, pensar metodologicamente os estudos em comunicação não é privilégio das primeiras e nem da atual geração de pesquisadores, considerando

a juventude do campo em relação aos demais. Antes disso, é necessidade de todos que investem sua vida na investigação científica. Para alcançar a ciência, é preciso problematizar o modo como se chega até ela, e isso vale para todas as áreas.

Coloco-me, então, como uma jornalista-pesquisadora que tem, como objetivo, estudar o jornalismo enquanto objeto de investigação científica, e buscam, para isso, sistematizar esse conhecimento. Embora seja claramente uma proposta metodológica, essa pesquisa não pretende, de modo algum, apresentar uma fórmula definitiva, a ser aplicada com sucesso a qualquer periódico jornalístico. Objeto multifacetado que é, o jornalismo exige um arsenal qualificado de ferramentas para sua análise. A metodologia mais adequada para o trabalho diz respeito não somente ao veículo em si, mas ao perfil do próprio pesquisador. Entendemos essa proposta como uma diretriz a ser problematizada a cada nova pesquisa que vier a utilizá-la. Trata-se de um ponto de vista metodológico que permite enxergar cientificamente esse objeto que, a cada piscar de olhos, apresenta sempre mais uma característica singular.

Pesquisar o jornalismo, suas imbricações e seu lugar na sociedade, tem sido minha preocupação desde que iniciei na área acadêmica. Como docente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionei as disciplinas “Redação Jornalística”, “Jornalismo Especializado” e “Comunicação Comparada”. O fazer jornalístico e a análise da produção na área, especialmente no Brasil, eram assuntos recorrentes em sala de aula. A reflexão em torno da própria pesquisa em jornalismo é um desenrolar dessa trajetória.

A perspectiva metodológica aqui apresentada é resultado de minha tese de doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com orientação do professor Dr. Antonio Hohlfeldt. Antes de ser finalizada, a proposta foi levada para discussão na Universidade Fernando Pessoa, do Porto (Portugal), sob orientação do professor Dr. Jorge Pedro Sousa, reconhecido como referência na área, especialmente por seus estudos acerca das teorias do jornalismo.

1 PESQUISA EM JORNALISMO

Embora o objetivo deste trabalho não seja a definição de uma *teoria* do jornalismo e, sim, a proposição de uma *metodologia* para a área, é válida a revisão dos principais conceitos que nortearam o pensamento científico nesse campo. São muitas as teorias e os olhares científicos sobre o jornalismo. Para selecioná-las, seguimos a divisão proposta por Sousa (2006), em **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Em cada teoria, no entanto, contrapomos a visão de outros autores e pesquisadores que sobre ela refletiram.

1.1 TEORIAS

Como aponta Sousa (2006, p. 117), o estudo acadêmico das notícias iniciou em 1629, com a abordagem jurídica das notícias apresentada por Christophorus Besoldus, na Alemanha. Um ano depois, outro jurista alemão, Ahasver Fritsch, analisou, em livro, a problemática do uso e do abuso nas notícias. Na Inglaterra, John Milton, em **Aeropagítica**, de 1644, defendeu a liberdade de imprensa, reivindicando o acesso aos jornais a todos os cidadãos, ideia contrariada em **Leviatã**, de Thomas Hobbes, em 1651, mas defendida no **Ensaio sobre o governo civil**, de John Locke (1690):

Voltando à Alemanha, em 1685, Christian Weise publica, em Leipzig, a primeira análise de conteúdo da história, sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676. A análise intitulava-se **Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676** e surge como apêndice do livro **Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum** (parece ter sido publicada autonomamente em 1676). O autor, ao contrário de Fritsch, assume uma visão mais integrada do que apocalíptica sobre as notícias e os jornais, acreditando no valor formativo e pedagógico destes (SOUSA, 2006, p. 117).

Com sua tese de doutorado, Tobias Peucer, em 1690, apresentou, na Universidade de Leipzig, o primeiro trabalho acadêmico sobre as notícias, sujeito à avaliação científica. Conforme Tambosi, Peucer teve o mérito de sistematizar os

principais conceitos da recém-nascida imprensa periódica, porém, não deveria ser visto como fundador de uma teoria do jornalismo.

Na verdade, os pressupostos teóricos e regras técnicas que ele enuncia correspondem à *cultura da notícia* que começava a se consolidar nos principais centros da Europa (principalmente na Holanda), em função da expansão do comércio e da proliferação de periódicos (2004, p. 50).

Sousa, no entanto, em trabalho específico sobre o autor (2004), credita-o como precursor da teoria do jornalismo contemporâneo, pois, em vários excertos de sua tese, aparecem preocupações com questões centrais, em torno das quais se tenta construir atualmente uma teoria da notícia e do jornalismo, como o conceito de notícia ou de jornal, a relação entre o jornalismo e a história, os critérios de noticiabilidade ou os constrangimentos à produção da informação.

1.1.1 TEORIA DO ESPELHO E CONCEITO DE OBJETIVIDADE

A primeira teoria oferecida para explicar porque as notícias são como são, conforme Traquina (2004, p. 146), é aquela desenvolvida pela própria ideologia profissional dos jornalistas (pelo menos nos países ocidentais). Ou seja, as notícias são como são porque a realidade assim as determina; elas são o espelho dessa realidade. A noção-chave dessa teoria, de acordo com o autor, é a do jornalista como um comunicador desinteressado, um agente empenhado em sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer. Essa concepção, desenvolvida no início da segunda metade do século XIX, embora seja também a mais antiga, é a que perdura como dominante no campo jornalístico ocidental.

Em um período marcado pelo positivismo, a busca da objetividade não era privilégio do jornalismo, mas uma meta de praticamente todos os campos do conhecimento.

Embora o conceito de objetividade seja hoje visto erradamente como a negação da subjetividade e um reforço da fé nos fatos, Michael Schudson explica que o ideal da objetividade não foi a expressão final de uma convicção nos fatos, mas a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual os fatos não eram merecedores da confiança (TRAQUINA, 2004, p. 148).

É nesse contexto que Walter Lippman lança **Opinião Pública**, obra na qual sugere aos jornalistas o emprego de métodos científicos e procedimentos profissionais como antídoto para a subjetividade.

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

[...]

Mas a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de por em causa a integridade dos seus profissionais (TRAQUINA, 2004, p. 149).

1.1.2 GATEKEEPER

Em 1950, David Manning White lançou seus estudos sobre *gatekeeping*, processo de seleção da informação jornalística, semelhante a um filtro, ou, para seguir a metáfora, a um portão. Ele reflete sobre a influência do jornalista, enquanto sujeito do processo comunicativo, na seleção do que será publicado nos veículos de comunicação de massa. Analisa o processo de recebimento, análise e seleção do que irá transformar-se em notícia e do que não ganhará o espaço dos periódicos jornalísticos, procurando compreender o motivo dessas escolhas. Observa que muitos dos critérios utilizados nessa seleção caem na categoria de juízos de valor muito subjetivos. Sua conclusão, como sublinha Sousa (2000, p. 42), deu um forte impulso à superação científica da teoria do espelho.

Sousa (2006) explica que os estudos sobre *gatekeeping* continuaram, tendo-se complexificado a metáfora. Em um estudo de 1956, Gieber concluiu que a subjetividade do jornalista é relegada para segundo plano pelos constrangimentos organizacionais.

1.1.3 SOCIOLOGIA INTERPRETATIVA

O olhar sociológico sobre a imprensa é proposto por autores como Max Weber, Ferdinand Tönnies e Otto Groth, em textos elaborados no final do século XIX e meados do século XX (BERGER; MAROCCO, 2006). É grande a influência destes pesquisadores sobre as demais teorias que se inscrevem nessa perspectiva, embora muitas vezes não seja reconhecida.

Em 1955, Warren Breed publicou *Controle social na redação: uma análise funcional* (1999). O estudo, ligado à sociologia do jornalismo, tem enfoque nas relações que se estabelecem em uma redação jornalística e seus efeitos no comportamento dos jornalistas. Breed elenca algumas razões sobre o conformismo para com a orientação política dos veículos de comunicação: autoridade institucional e suas sanções; sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; aspirações de mobilidade; ausência de grupos de lealdade em conflito; prazer da atividade; a notícia transformada em valor.

O processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controle social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas, cortando o artigo, recusando um comentário de modo amigável por parte de um executivo, etc. (BREED, 1999, p. 161).

De acordo com essa teoria, os jornalistas acabam, de certa forma, adaptando-se ao ambiente no qual trabalham. Alguns, por desconsiderarem a relevância da atividade; outros, por acreditarem subverter o máximo possível à realidade. Os anticonformistas convictos, esses sim, podem deixar o jornalismo.

Os estudos de *newsmaking* também se inscrevem na sociologia do jornalismo. As rotinas jornalísticas foram identificadas por autores como Gaye Tuchman (1978) como grandes influenciadoras na produção das notícias. As organizações noticiosas se esforçam por rotinizar o seu trabalho, de forma a assegurar que a produção de informação se faça sem grandes sobressaltos ou complicações. Porém, as rotinas acarretam uma maior burocratização do processo jornalístico, diminuem a profundidade do discurso e restringem a contrastação de fontes (SOUSA, 2006).

1.1.4 AÇÃO POLÍTICA

Embalada pela onda de protesto que invadiu as universidades na década de 60, a pesquisa científica em jornalismo inclina-se para os estudos que envolvem a ideologia, sob forte influência de autores marxistas como Antônio Gramsci, assim como pela redescoberta da natureza problemática da linguagem, em Roland Barthes, ou pela Escola Culturalista Britânica.

Essa nova fase de investigação debruça-se sobre as relações entre jornalismo e sociedade, as implicações políticas e sociais da atividade jornalística e o papel social das notícias. Nas teorias de ação política, com destaque para os trabalhos de Edward Herman e Noam Chomsky, à esquerda, e de Irving Kristol e Edith Efron, à direita, os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista. Servem objetivamente a certos interesses políticos. Essas teorias, independente da posição política que adotem, defendem a ideia de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais específicos (TRAQUINA, 2004).

1.1.5 CONSTRUTIVISMO

A teoria construtivista emerge na década de 70, em estudos como o de Tuchman (1978), representando uma virada, em paradigma oposto à perspectiva das notícias como distorção, e pondo em xeque a própria ideologia jornalística e sua perspectiva de espelho da realidade. Nessa visão, o jornalismo aparece como um dos processos construtores da realidade, que são, ao mesmo tempo, construídos por ela.

De uma maneira análoga à criação de um mundo espacial com sentido, esses acontecimentos são usados como pontos de referência temporais para o ordenamento do passado e do futuro. Os passados e os futuros são construídos e reconstruídos, como um processo contínuo das rotinas diárias. Em tais construções, um infinito número de atividades não são presenciadas, e algumas passam a ser observáveis. Estas últimas transformam-se em recursos – disponíveis e realmente necessários – para dividir, demarcar e moldar a vida, a história e o futuro (MOLOTCH; LESTER, 1999, p.35).

Molotch e Lester (1999) abordam as diferentes instâncias de produção das notícias: as fontes, organizadas ou não, os jornalistas e os receptores. Desde o seu

ponto de vista, o estudo dos meios de comunicação procura não a realidade, mas os propósitos subjacentes às estratégias de criação de uma realidade, ao invés de outra.

Para o cidadão ler o jornal como um catálogo dos acontecimentos importantes do dia, ou para o sociólogo utilizar o jornal para a seleção de tópicos de estudo, é preciso aceitar como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder,

explicam os autores (1999, p. 50), ressaltando que somente os acidentes e escândalos conseguem suplantar essa rotina de maneira significativa.

O cuidado que os autores sugerem ao sociólogo é o mesmo que deve ter qualquer pesquisador que tenha como objeto de estudo um produto jornalístico ou o utilize como referência em seu trabalho de investigação. Independente do método que empregue, é importante levar em conta os processos de produção da notícia, a notícia em si e o consumo que se faz dela. Esse percurso circular, no qual os diferentes momentos estão inter-relacionados, é agente construtor da realidade e tem sua dinâmica influenciada por ela.

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e reconstrói a realidade (Carey, 1986).

Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos. Segundo Wolfsfeld (1991:18), os acontecimentos propriamente ditos oferecem freqüentemente um ponto de partida para a construção de enquadramentos mediáticos, apesar das discordâncias acerca do que “realmente” aconteceu (TRAQUINA, 2004, p. 174).

Conforme Sousa (2006), a abordagem construtivista integra as conclusões de diferentes estudos sobre os jornalistas, o *gatekeeping*, os valores-notícia, os constrangimentos organizacionais, as relações entre fontes e jornalistas, a influência das ideologias e da cultura no processo de produção da informação, etc.

1.1.6 CULTURA JORNALÍSTICA

Os jornalistas partilham valores e formas de ver e operar que estruturam uma cultura profissional. A capacidade de verificar fatos, apurar, fazer perguntas, contatar fontes, o domínio das técnicas de redação jornalística, assim como a capacidade para reconhecer o que é notícia, estão entre os fatores estruturantes da cultura profissional. O caráter partilhado dos valores noticiosos e as políticas editoriais específicas de cada empresa também entram nesse rol. A cultura jornalística é, então, em grande medida, transorganizacional e transnacional, mas também é local, pois cada organização noticiosa tem a sua própria cultura (SOUSA, 2006, p. 126).

O estudo pioneiro sobre os jornalistas foi o trabalho de Rosten, em 1937, sobre os correspondentes norte-americanos em Washington. Ao longo do século XX, esse tipo de investigação apareceu de forma esporádica. A esmagadora maioria trata de jornalistas em espaços ou países específicos, sem uma abordagem comparativa, ou sobre um grupo de elite da categoria, como fez Rosten com os correspondentes. Os primeiros estudos sociológicos sobre comunidades jornalísticas nacionais, a partir de uma amostra representativa, surgem nos anos 70, com o trabalho de Johnstone et al., de 1976, tendo por base 1.313 jornalistas entrevistados, em 1971 (TRAQUINA, 2005).

Traquina (2005) analisa os jornalistas como integrantes de uma comunidade interpretativa transnacional, em que indivíduos de diversos países partilham valores-notícia semelhantes e toda uma cultura profissional. Baseado em dados empíricos, afirma que os jornalistas comungam, também, com variações de intensidade, de um sistema de valores que fornece uma identidade clara do profissional.

1.1.7 UNIONISMO

Alguns pesquisadores defendem o agrupamento das diferentes contribuições científicas que procuram explicar o jornalismo numa teoria do jornalismo ou da notícia.

Há autores, como Traquina (2001, 2002), que vêem as teorias da notícia como diferentes, embora não exclusivas e não necessariamente independentes uma das outras. Outros autores, como Sousa (1997, 2000) e Shoemaker e Reese (1996), consideram que a interligação das diferentes dádivas teóricas é possível, útil e desejável, havendo já matéria suficiente para a edificação de uma Teoria do Jornalismo (ou da Notícia) que permita explicar “por que é que as notícias são como são?” (SOUSA, 2006, p. 128).

Na perspectiva unionista, Sousa (2000, 2006) propõe a Teoria Multifatorial da Notícia. Fazendo uso de teorias diversas, estuda as notícias como resultado de um processo de construção em que várias forças atuam entre si: força pessoal, força das rotinas, fator tempo, força social, força ideológica, força cultural, força do meio físico, força dos dispositivos tecnológicos e força histórica. Essa visão, de acordo com seu autor, tem a vantagem de ultrapassar eventuais contradições e oposições apontadas por Traquina nas diferentes teorias, como, por exemplo, a oposição entre os conceitos de construção e de distorção. Para ele, as notícias são uma construção e, portanto, não são, nem poderiam ser, espelhos da realidade. Logo, há sempre um grau de distorção entre a realidade e as notícias.

Sousa centra sua teoria no produto jornalístico, a notícia, explicando como surge, como se difunde e quais os efeitos que gera. A Teoria Multifatorial da Notícia é traduzida matematicamente em três funções (2006, p. 131). A primeira delas, supracitada, trata da notícia e de seu processo de produção. A segunda evidencia os efeitos pessoais de uma notícia, que podem ser fisiológicos, afetivos, cognitivos e comportamentais. A terceira equação refere-se aos efeitos sociais, ideológicos, culturais e históricos das notícias.

Em artigo científico (2004), Sousa testa sua teoria, analisando duas notícias publicadas na imprensa portuguesa. Embora leve em consideração a diversidade de forças que incidem sobre a notícia, a aplicação centra-se no texto e no que se pode inferir a partir dele.

1.2 MÉTODOS

Embora muitas vezes relegado a segundo plano na pesquisa em jornalismo, o que representa um verdadeiro paradoxo, se levarmos em consideração que o mesmo ainda luta para consolidar-se como um campo específico da ciência, o método é definidor dos rumos e dos resultados da investigação científica. Os procedimentos para analisar o jornalismo, sobretudo, o jornalismo impresso, são bastante variados. Sua escolha depende dos objetivos do trabalho e do modo como o pesquisador compreende o jornalismo e a sociedade.

Nas próximas páginas, arrolaremos algumas das principais metodologias, técnicas e procedimentos utilizados no estudo do jornalismo impresso, referências

fundamentais para o desenho da Análise Global de Periódicos Jornalísticos.

1.2.1 MÉTODO COMPARATIVO

Os primeiros estudos de jornalismo comparado foram realizados por Jacques Kayser, no Instituto Francês de Imprensa. Suas pesquisas tinham como foco a morfologia e o conteúdo dos jornais. O objetivo de Kayser era propor uma metodologia de pesquisa de jornais que pudesse identificar características estruturais de diários nacionais e internacionais, de grande relevância para o reconhecimento dos problemas da imprensa em relação ao homem (MELO, 1972).

Conforme Melo (1971), esse método envolve a comparação de determinados aspectos, em diversos jornais e revistas, através da quantificação dos elementos que se pretende comparar. Para isso, usam-se escalas de referência, que permitem enquadrar homogeneamente os aspectos estudados.

Nos estudos de jornalismo efetua-se geralmente a mensuração de toda a superfície impressa, utilizando as unidades de medida centímetro-coluna ou centímetro quadrado, e dimensionando categorias de mensagens, tratamento técnico, uso de códigos, etc. (1971, p. 98).

1.2.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise de Conteúdo (AC) é, conforme Bardin (1977), um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, que se aplicam a discursos diversificados. São extremamente úteis no estudo dos meios de comunicação social. É uma hermenêutica controlada, baseada na dedução e na inferência.

Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de *voyeur* que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião (...) (BARDIN, 1977, p. 9).

Prevê três polos cronológicos de trabalho: a pré-análise, quando se organiza o material a ser analisado; a exploração desse material, momento em que se

administram as decisões tomadas – consiste, essencialmente, de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, quando os resultados brutos começam a *falar*, tornando-se significativos e válidos. Através desses resultados, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que se relacionem com outras descobertas inesperadas.

Normalmente vinculada à pesquisa quantitativa, a análise de conteúdo configura-se, antes disso, como um ponto de partida quantitativo para uma análise qualitativa. No entanto, sua principal deficiência, em nosso ponto de vista, é não instrumentalizar o pesquisador para essa análise qualitativa. Trata-se de uma técnica excelente para se chegar, cientificamente, ao *corpus* de pesquisa. Mas, lá estando, não há diretrizes ou procedimentos específicos a serem realizados para um estudo que vá além das evidências numéricas.

1.2.3 ANÁLISE DO DISCURSO

A análise do discurso de tradição francesa tem sua origem nos anos 60, em um contexto intelectual marcado por duas rupturas. De um lado, o progresso da linguística tornava insuficiente considerar apenas o conteúdo de um texto, o que permitia à análise do discurso não visar *o quê* o texto quer dizer, mas *como* o texto funciona. Por outro lado, na época, há um deslocamento no modo como os intelectuais encaram a *leitura*, que passa a aparecer não mais como simples decodificação, mas como construção de um dispositivo teórico (ORLANDI, 2001).

Sousa (2006) refere-se à técnica como análise qualitativa do discurso, que visa apreciar as qualidades não quantificáveis do mesmo. Segundo ele, a análise do tema, dos enquadramentos e das estruturas, dos objetivos do enunciador e dos objetivos e ações dos protagonistas, entre outros, podem configurar uma análise qualitativa do discurso jornalístico.

A noção de discurso, para Manhães (2006, p. 305), é uma consequência da premissa hermenêutica de que a interpretação do sentido deve levar em conta que a significação é construída no interior da fala de um determinado sujeito, quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, movido por uma interação.

Benetti (2006), vinculada à escola francesa, reflete sobre as contribuições da análise do discurso aos estudos de jornalismo:

Consideramos que a AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Esses dois tipos de pesquisa estão em íntima relação, mas podem ser desenvolvidos em momentos distintos e exigem procedimentos específicos.

[...]

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos. Sabemos que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário (BENETTI, 2006).

De acordo com a autora, dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação. A análise do discurso transita, então, nesse movimento de instauração de sentidos, em busca da compreensão dos modos de funcionamento de um discurso.

1.2.4 HERMENÊUTICA

Visando à dimensão comunicacional, a hermenêutica procura mostrar o papel da interpretação como um processo, uma metodologia que busca descobrir o originalmente escondido por uma tradição que nos foi legada por uma exegese distorcida, usando, para tal, de uma destruição, ou seja, de uma desconstrução hermenêutica. Tal procedimento não se refere a uma desconstrução radical da destituição dos sentidos e dos significados, mas a uma desconstrução que, ao interrogar ou reinterpretar, reelabora historicamente os sentidos e os significados da compreensão humana (BASTOS; PORTO, 2006).

Um dos principais autores tidos como referência, quando se aplica a hermenêutica ao jornalismo, é Thompson (1995), com sua hermenêutica de profundidade. Essa metodologia prevê a realização de três análises: sócio-histórica, formal ou discursiva, e interpretação/reinterpretação. Essa tríade

interpretativa demonstra a preocupação do autor com o contexto histórico e social no qual se inserem as formas simbólicas analisadas, com a reconstrução dos padrões de inferência que caracterizam o discurso, e a interpretação cruzada com os conhecimentos científicos já explícitos em torno do objeto, em uma reinterpretação.

1.2.5 ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte. Não permite testar hipóteses, tratar estatisticamente as informações, definir a amplitude ou a quantidade de um fenômeno. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema (DUARTE, 2006, p. 62).

O uso de entrevista permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. A entrevista está presente em pesquisas de comunicação (CURVELLO, 2000), comportamento organizacional (SCHIRATO, 2000), levantamentos históricos e biográficos (MARQUES DE MELO e DUARTE, 2001), processos jornalísticos (PEREIRA JR. 2000) e em vários outros tipos de estudo, usada como base ou conjugada com diferentes técnicas, como observação, discussão em grupo e análise documental (DUARTE, 2006, p. 63).

Sua principal vantagem é a possibilidade de se obterem informações detalhadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições e comportamentos, entre outras características, dos entrevistados (SOUSA, 2006, p. 378). Nos estudos de jornalismo, normalmente é aliada a outros procedimentos de pesquisa, como análise de conteúdo ou discurso, observação participante, etc.

A entrevista em profundidade pode ser aberta – com caráter exploratório e flexível, partindo de uma questão central, ou semiaberta – com origem em um roteiro de questões-guia. Há, ainda, as entrevistas lineares, de caráter quantitativo, com estrutura fechada, em modelo de questionário. Essas entrevistas não são caracterizadas como de profundidade e são amplamente utilizadas em pesquisas de opinião.

É interessante observar que a técnica da entrevista é mais comumente dirigida ao estudo dos emissores da informação, no caso, dos jornalistas. No entanto, trata-se de ferramenta bastante eficaz também nos estudos de recepção, nos quais é possível

aferir as leituras dos veículos de comunicação de massa, o modo como ela se dá e as diferentes utilizações e construções feitas a partir dela.

1.2.6 ETNOGRAFIA

A etnografia, vinculada à antropologia, corresponde à análise *in loco* de um povo ou grupo social. É um método de pesquisa qualitativa e empírica, com características específicas.

Ela exige um “mergulho” do pesquisador, ou seja, não é um tipo de pesquisa que pode ser realizada em um período muito curto e sem preparo. É fundamental, como etapa anterior à etnografia propriamente dita, um levantamento bibliográfico sobre o tema, a partir da leitura de clássicos e de outros estudos contemporâneos sobre o assunto e afins. Isso porque o pesquisador precisa estar minimamente “iniciado” no seu tema. Precisa saber o que já se disse e escreveu sobre o grupo escolhido antes de “entrar” nele. Saber quais as dificuldades e os riscos que vai encontrar (TRAVANCAS, 2006, p. 101).

Compreende três etapas: o levantamento bibliográfico e a leitura do material coletado; a elaboração de um diário ou caderno de campo; e a *entrada* no campo. Já dentro do *campo*, há dois instrumentos importantes de coleta de dados: as entrevistas abertas e em profundidade e a observação participante.

Ousaria afirmar que a antropologia é uma ciência da escuta. O antropólogo não determina verdades, não aponta equívocos, não pergunta porque as coisas não são diferentes. Ele ouve e procura entender quais são as verdades para aqueles nativos (TRAVANCAS, 2006, p. 102).

A autora ressalta que, ao falar em observação participante, precisa ficar claro que o cientista social não se coloca ingenuamente, ou pelo menos não deve se colocar, em relação a sua presença no grupo. “Ele deve estar atento ao seu papel no grupo. Deve observar e saber que também está sendo observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual”, sublinha (2006, p. 103).

Uma das vantagens do estudo etnográfico é a possibilidade de estudar os fenômenos em seu ambiente. Há processos e problemas comunicacionais, como salienta Sousa (2006, p. 376), que dificilmente podem ser estudados sem a

observação direta. No entanto, entre os principais inconvenientes da técnica, para o autor, está o fato de depender, em grande medida, da capacidade do pesquisador, tornando-se dependente das suas percepções e juízos. Outra dificuldade evidente é a possibilidade de, sabendo-se observados, os membros do grupo estudado alterarem substancialmente seu comportamento.

1.2.7 NEWSMAKING

Trata-se de uma hipótese contemporânea de pesquisa em comunicação que se debruça sobre as rotinas de produção no jornalismo. É um estudo ligado à sociologia do jornalismo e tem ênfase na produção de informações, ou melhor, na potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001). O olhar dessa hipótese é centrado no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a notícia, e dá atenção ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação. Envolve a observação da relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos.

Tuchman (1978) registra o esforço dos periódicos jornalísticos em *rotinizar* seu trabalho. Em seu estudo sobre as teorias do jornalismo, Traquina (2004) afirma que o conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de *estórias* noticiosas permite aos repórteres trabalhar com maior eficácia. Os estudos de *newsmaking* têm origem em pesquisas sobre a filtragem da informação e sobre a seleção dos acontecimentos que se transformarão em notícia. A pesquisa em *newsmaking* é baseada na observação participante. O investigador junta-se à equipe pesquisada o tempo necessário para desenvolver seus estudos, sem fazer parte dela propriamente. Ou seja, os dados são colhidos pelo investigador presente no ambiente objeto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os conceitos produtivos (WOLF, 2001, p.186). Após a coleta, o pesquisador afasta-se para manter o espírito crítico e melhor poder descrever, analisar e, eventualmente, criticar as práticas observadas (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001).

1.2.8 PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação aproxima-se muito da observação participante, da qual valem-se, também, a etnografia e os estudos de *newsmaking*. Nessa técnica, no entanto, o grupo investigado não apenas sabe de sua condição de objeto de pesquisa, mas também conhece os objetivos do estudo e participa do processo de sua realização.

Ela implica o engajamento do pesquisador no ambiente investigado e também no envolvimento das pessoas do grupo no processo da pesquisa. Estas participam da formulação do problema e dos objetivos, ajudam no levantamento dos dados e se envolvem na discussão dos resultados (PERUZZO, 2006, p. 138).

Para ela, a pesquisa-ação tem como propósito contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado. Os resultados, assim como o processo de pesquisa, revertem em benefício do grupo, servindo de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas no próprio ambiente pesquisado. No campo do jornalismo, a pesquisa-ação é utilizada preponderantemente nos estudos de jornalismo comunitário.

1.2.9 GRUPOS FOCAIS

Grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa que visa a perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São, na verdade, uma entrevista coletiva que busca identificar tendências. Seu objetivo é compreender, e não inferir ou generalizar (COSTA, 2006, p. 18).

O grupo focal apresenta vantagens relacionadas à sinergia gerada pela participação conjunta do grupo de entrevistados; a interação entre os participantes, que enriquece as respostas; a flexibilidade para o moderador na condução do roteiro; a profundidade e a qualidade das verbalizações e expressões.

Por outro lado, o que é considerado vantagem, pode ser percebido como desvantagem em algumas situações, como o controle reduzido que o moderador tem sobre os dados gerados; o fato de que não é um ambiente natural e pode refletir ou não o comportamento individual, a possibilidade de circunstancialmente as opiniões serem influenciadas pelo comportamento de um integrante mais exuberante do grupo, por exemplo (COSTA, 2006, p. 18).

Nas pesquisas em jornalismo, podem ser adotados tanto na investigação dos emissores quanto no estudo dos receptores.

1.2.10 HISTÓRIA ORAL

Inscrita entre as metodologias do campo historiográfico, a história oral permite emergirem dados sem registro em documentos escritos. “Como técnica, a história oral é um processo subjacente a outras metodologias que a admitem como um recurso a mais”, explica Meihy (1996, p.20). Baseada na técnica da entrevista, ela oferece espaço para as palavras caladas pela censura, por exemplo, dando sentido social às experiências vividas sob essa circunstância. Em nossa dissertação de mestrado sobre o jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul, durante a ditadura militar, combinamos história oral à análise de conteúdo, com resultados satisfatórios.

A história oral tem três etapas: gravação da entrevista, confecção do documento escrito e eventual análise. Alguns autores, como Meihy (1996), não vão muito além, quando se trata de analisar as entrevistas. Para ele, esse procedimento é opcional e a pesquisa pode dar-se por encerrada com a transcrição das histórias de vida. Para uma visão mais abrangente, é relevante a proposta de Thompson (1992, p.304), que sugere a união entre a coletânea de narrativas e a análise cruzada. As diversas vozes, quando existirem, permitem uma interpretação mais ampla em torno de um tema comum aos entrevistados. Nas pesquisas em jornalismo, quando combinada à análise de textos, por exemplo, a história oral permite um entendimento mais efetivo da realidade do veículo pesquisado.

A história oral pode ser feita com uma pessoa, algumas ou um grande número de narradores. A questão da verdade nessa técnica depende, conforme Meihy (1996), exclusivamente de quem dá o depoimento. Uma de suas características é dar dimensão a aspectos pouco relevados pela percepção de outros registros: sonhos, expectativas, frustrações e fantasias. Thompson (1995) enfatiza que, ao recordar fatos do passado, o depoente procura um relato coerente com seu bem-estar, deixando de lado, muitas vezes, passagens mais traumáticas. Ou seja, o depoimento está sempre suscetível a mudanças, dependendo da ótica de quem o recorda. É tarefa do entrevistador tentar descobrir e elaborar essas questões, para melhor compreender a trajetória de vida investigada.

1.3 CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA

A pesquisa em jornalismo, no Brasil, intensifica-se a partir da década de 50, com a criação dos primeiros cursos de jornalismo no país. Passando por diferentes fases e pela influência de autores de matizes igualmente diversos, esses estudos são marcados pela interdisciplinaridade. Sua evolução obedece às próprias mudanças ocorridas na história política, social e cultural brasileira, com consequências diretas para a realidade dos veículos de comunicação de massa e influências, nem sempre sutis, no modo de fazer jornalismo.

1.3.1 PRECURSORES

Os primeiros estudos brasileiros em jornalismo no país aparecem no final do século XIX. São trabalhos que registram a trajetória dos jornais e das revistas de sua época. Esse caráter historiográfico predominou durante as primeiras décadas do século XX, quando emerge a pesquisa jurídica – produzida, em especial, pelos estudiosos de Direito, atentos aos conflitos que se multiplicam entre a ação jornalística e o funcionamento do Estado. As duas vertentes caminham paralelamente, encontrando-se com frequência (MELO, 2006).

Nesse sentido, não há muita diferença do que acontece em âmbito internacional, cuja pesquisa em jornalismo também se corporificou baseada nesses pilares. De acordo com Melo (2006, p. 16), esses textos são publicados nos periódicos editados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres estaduais. Os autores que se destacaram nesse período foram: Moreira de Azevedo, Max Fleiuss, Vale Cabral, Alfredo de Carvalho, Barão de Studart, Craveiro Costa e Affonso de Freitas.

Os estudos históricos, como não poderia deixar de ser, são uma constante na pesquisa em jornalismo no país, estando presentes desde as primeiras publicações e despertando o interesse de experientes e jovens pesquisadores da contemporaneidade. Goldstein (1983), em seu estudo acerca da pesquisa em jornalismo impresso nas décadas de 60 e 70, define três linhas básicas de investigação na área: didática, histórica ou historiográfica e acadêmica ou monográfica. Na vertente histórica do período analisado pela autora, destaca-se o clássico de Sodré, **História da Imprensa no Brasil** (1999).

Melo (2006) divide a presença do jornalismo, como campo de conhecimento, na universidade brasileira, em quatro momentos distintos, que correspondem, também, às etapas vividas pelos cursos de comunicação no país. São eles: ético-social, técnico-editorial, político-ideológico e crítico-profissional. Seguiremos a organização de Melo, contemplando, também, o diálogo com outros autores ao longo deste texto.

1.3.2 CORRENTE ÉTICO-SOCIAL

Tanto a estrutura curricular dos cursos de jornalismo quanto os trabalhos desenvolvidos durante toda a década de 50 e meados de 60 têm forte influência da corrente deontológica e jurídico-social. As implicações legais da atividade profissional, os fundamentos morais da prática noticiosa e o desenho de parâmetros filosóficos peculiares aos processos jornalísticos vigentes eram temáticas recorrentes. A inclinação para essa linha de discussão decorre do fato de os primeiros professores dos cursos de jornalismo brasileiros serem, quase que exclusivamente, bacharéis oriundos das Faculdades de Direito (MELO, 2006, p. 20):

No Rio de Janeiro, Saint-Clair Lopes pensa sobre a “missão para o rádio”, que, na sua maneira de raciocinar, não é outra senão “transmitir a palavra destinada a retirar o medo que impera na alma do homem”, conduzindo à “consolidação do sonho milenar”. Para tanto, propõe alguns “fundamentos jurídico-sociais da radiodifusão”. Em Curitiba, João Feder enfrenta a questão: “vale a pena prender um jornalista?”. Suas pesquisas sobre a “extinção da pena de prisão nos crimes de imprensa” permitem concluir que “é possível, perfeitamente, punir-se o jornalista, com melhores resultados para o interesse da coletividade sem se capitular para ele a pena de prisão”. Por sua vez, em Belo Horizonte, Anis José Leão discute os “limites da liberdade de imprensa”, apontando a contradição entre a “garantia constitucional” de que goza o jornalista perante o Estado e a “debilidade da relação empregatícia” que o sujeita aos “interesses comerciais” das empresas jornalísticas (MELO, 2006, p. 23).

O autor ressalta, ainda, os estudos de Luiz Beltrão, sobre *filosofia do jornalismo*; de Danton Jobim, sobre *o espírito do jornalismo*; e de Celso Kelly, sobre *as novas dimensões do jornalismo*. Essas pesquisas, segundo ele, ampliam a análise da função social do jornalismo, ultrapassando a reflexão moralista ou legalista para redimensionar a atividade noticiosa como serviço público indispensável à promoção do desenvolvimento social e econômico e à consolidação das instituições democráticas.

1.3.3 CORRENTE TÉCNICO-EDITORIAL

O golpe militar de 64 instalou a ditadura no Brasil e suprimiu a autonomia dos aparelhos ideológicos, que acabavam se transformando em ramificações de um mesmo sistema, cuja finalidade era o doutrinamento através da informação. Na tentativa de criar um mundo totalmente fictício para concorrer com uma realidade um tanto desagradável, os militares estabeleceram uma violenta censura política às informações. Aliadas a ela, a cassação de personalidades políticas, a militarização da administração pública e o controle das atividades intelectuais desestimularam os estudos das dimensões éticas e jurídicas do jornalismo.

Certamente em decorrência das dificuldades que se antepõem ao exercício da liberdade de imprensa, mas seguramente também em função do processo modernizador que se instaura nas empresas de comunicação, como decorrência da importação de novas tecnologias para a imprensa, observa-se nas redações das empresas jornalísticas um surto de preocupações com a própria prática jornalística. Para dizer com mais precisão: emerge uma corrente voltada para a técnica jornalística, com a melhoria dos padrões editoriais, enfim, com a modernização dos processos de captação, codificação e difusão da mensagem noticiosa.

[...]

Fechadas as comportas da movimentação político-cultural que animou as universidades no início da década de 1960 (reforma universitária, cultura popular, alfabetização), é plausível que as atenções se concentrassem nos aspectos técnico-editoriais do jornalismo, correspondendo à tendência existente nos meios profissionais, cuja ponte se fazia por intermédio dos docentes que trabalhavam nas redações e dos discentes que realizavam estágios (MELO, 2006, p. 23-24).

A implantação de um currículo mínimo³, que privilegiava a formação técnica dos estudantes, e a regulamentação da profissão de jornalista, assegurando aos formandos a reserva do mercado de trabalho, delineiam a conjuntura que favorece a proliferação de estudos técnicos e editoriais acerca da prática jornalística, com o objetivo de oferecer suporte à profissionalização que se aproxima.

O pioneiro nessa linha é Luiz Beltrão, com a obra **A imprensa informativa**,

³ O currículo Celso Kelly foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) mediante a Resolução 11/69. A proposta respondia, à época, às reivindicações dos estudantes universitários, expressas em documentos publicados pela UNE e em resoluções aprovadas por encontros nacionais dos estudantes de Jornalismo, como o que ocorreu em Salvador, em 1962 (MELO, 2006, p. 24).

seguida pelos volumes **Jornalismo interpretativo** e **Jornalismo opinativo**. Contribuições importantes também são oferecidas por Juarez Bahia, com **Três fases da imprensa brasileira** e **Jornal, história e técnica**, e Paulo Gomes de Oliveira, com **Formação jornalística**.

A ditadura não poupava nem mesmo os trabalhos essencialmente técnicos, elaborados como simples subsídios para a atividade pedagógica, fazendo com que a publicação dessas obras cessasse por um tempo. O texto **Técnica do lead**, de José Marques de Melo, de 1972, foi considerado subversivo por autoridades educacionais do Estado de São Paulo que, dois anos mais tarde, afastaram-no de suas funções na Universidade de São Paulo (USP), para as quais só retornou com a anistia, em 1979 (MELO, 2006, p. 26).

A linha de estudos didáticos, referida por Goldstein (1983) relaciona-se com a corrente técnico-editorial, visto que tenta explicar como é um jornal por dentro, como se deve fazer um jornal ou como se pode fazê-lo. Segundo ela, alguns dão maior ênfase à redação; outros, à oficina; outros, ainda, à tradução dos termos técnicos em linguagem corrente.

Como exemplos desta vertente poderíamos citar, sem qualquer pretensão de esgotar a lista, trabalhos como os de Luiz Amaral (**Jornalismo, matéria de primeira página**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967; **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969), de Luiz Beltrão (**Técnica de Jornal**. Recife, ICI, 1964), de Francisco Cantero (**Arte e técnica da imprensa moderna**. São Paulo, Jornal dos Livros, 1971), Juarez Bahia (**Jornal, história e técnica**. São Paulo, Ibrasa, 1972; OBS: 1ª ed. em 1964), José Nabantino Ramos (**Jornalismo – dicionário enciclopédico**. São Paulo, Ibrasa, 1970) e, em certa medida, o de Alberto Dines (**O papel do jornal**. Rio de Janeiro, Artenova, 1974) (GOLDSTEIN, 1983, p.15).

Entre os *manuais de jornalismo* publicados nesse período, destaca-se a obra **Técnicas de codificação em jornalismo**, de Erbolato, cuja primeira edição saiu em 1978. A última impressão, de 2003, contribui para que o livro continue sendo largamente utilizado nas faculdades de jornalismo. Em seu texto de introdução, Erbolato explicita o caráter da obra:

O jornal, que todos conhecem e lêem diariamente, ainda pode ter certos segredos, que muitos gostariam de desvendar. É a tarefa a que nos propusemos neste livro – o primeiro de uma série que iremos

publicar –, pois pretendemos dar uma visão sobre as temáticas do jornalismo impresso, a partir da captação, redação e publicação das matérias.

[...]

Queremos, em resumo, mostrar como se faz um jornal. (ERBOLATO, 2003, p.11)

As eleições de 74, que consagram os candidatos oposicionistas nos grandes centros metropolitanos, abrem as perspectivas para o retorno do país à vida democrática. Os abalos sofridos pela ditadura levaram o governo a optar por um processo de abertura política controlada, para o qual a liberalização da imprensa foi concebida por Geisel como uma operação estratégica (KUCINSKI, 1992). A sociedade civil passa a ocupar os espaços disponíveis, reivindicando, protestando, criticando. Depois do assassinato de Vladimir Herzog⁴, quando o governo federal começou a conter os bolsões resistentes ao processo de descompressão política, os segmentos mais atuantes da intelectualidade concentraram suas baterias discursivas na denúncia dos próprios controles institucionais que geraram e nutriram o autoritarismo ainda vigente e na análise dos mecanismos utilizados pelas forças hegemônicas para manter o modelo de dominação (MELO, 2006, p. 28).

1.3.4 CORRENTE POLÍTICO-IDEOLÓGICA

A estrutura da indústria cultural que cresceu e se fortaleceu nos anos de repressão foi tema dos círculos profissionais e universitários vinculados à comunicação, que se articulavam contraditoriamente ao Estado autoritário.

As reflexões sobre a indústria cultural, quase sempre se pautando pelos equívocos frankfurtianos, geraram uma verdadeira obsessão nos ambientes intelectuais e, por certo, contaminaram ou encontraram clima favorável nos cursos de jornalismo, afirma Melo (2006, p. 28),

⁴ O diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, foi levado de sua sala por alguns soldados do Exército para o DOI-CODI, em São Paulo, as câmaras de tortura da instituição. Herzog morreu asfixiado em uma cela. A versão de suicídio nunca foi aceita. Sua morte provocou indignação e revolta, resultando em um amplo movimento de protesto. Mais de 8 mil pessoas reuniram-se na Catedral da Sé, em São Paulo, para um culto ecumênico em sua homenagem. Desde 1968, essa era a manifestação pública de maior envergadura, o que impulsionou os movimentos de resistência à ditadura. Mesmo tendo alcançado grande repercussão social, o fato foi tratado laconicamente pela grande imprensa, na forma de um simples comunicado. A única publicação que concedeu capa e artigos ao assunto foi o Boletim da ABI, órgão profissional não censurado. TV e rádio foram proibidos de divulgar o ocorrido. Conforme Kucinski (1992), o protesto dos jornalistas explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Isso tudo, somado a outras indignações com o sistema vigente que emergiam na época, provocou a crise generalizada de relações no interior da grande imprensa.

ressaltando que as primeiras dissertações de mestrado que surgiam no país seguiam essa ótica interpretativa e procuravam desvendar as teias da engrenagem implantada nas indústrias da comunicação. Muitos desses trabalhos, vinculados aos recém-criados programas de pós-graduação, situam-se na terceira tendência delineada por Goldstein (1983), de pesquisas acadêmicas ou teóricas com o objetivo de analisar conceitos e apresentar modelos explicativos, cuja abrangência não se limita aos estudos da corrente político-ideológica traçada por Melo (2006), mas na qual inserem-se, também, muitas das investigações científicas contemporâneas.

Essa produção, quantitativamente superior nos outros segmentos da comunicação, também se manifesta no âmbito do jornalismo, com o objetivo de resgatar e denunciar a trama político-ideológica que orienta e determina o processo de captação, codificação e difusão da notícia. Os trabalhos de Medina, **Notícia: um produto à venda** (1978), e de Lage – **Ideologia e técnica da notícia** (2001), situam-se nessa corrente. Diversos outros pesquisadores empenharam-se nessa direção, buscando explorar os mecanismos peculiares ao processo de industrialização da notícia e suas nuances manipulatórias.

Paralelamente a essa reflexão, acontece a discussão sobre a validade dos cursos de jornalismo brasileiros no âmbito empresarial. Em 1981, os principais jornais do país lançam uma campanha contra esses cursos e, por tabela, contra a regulamentação da profissão. Argumentam que a formação oferecida aos estudantes é deficiente e não os prepara adequadamente para o mercado de trabalho. Sindicatos, associações de pesquisadores da comunicação e entidades estudantis vinculadas às escolas lançam um forte movimento de resistência, eficiente a ponto de alterar a postura do Conselho Federal de Educação, que ensaiava medidas para desativar os cursos de jornalismo. O objetivo, agora comum a todos, era a melhoria dos cursos de comunicação. Observa-se, nesse período, uma grande movimentação acadêmica para a recuperação de seu espaço de atuação pedagógica e científica. É nesse contexto que emerge uma busca rigorosa da identidade do jornalismo enquanto campo de estudos universitários (MELO, 2006).

1.3.5 CORRENTE CRÍTICO-PROFISSIONAL

É com esse objetivo que surge, na década de 80, uma nova linha nas reflexões sobre o jornalismo, dessa vez com caráter crítico-profissional. O jornalismo passa a ser identificado, de acordo com Melo (2006, p. 32), por sua real natureza – uma profissão dotada de grande significado social e de profunda influência política.

Estudar essa profissão, entendê-la, sistematizá-la, contribuir para que assuma um ritmo dinâmico, atualizando-se continuamente, é a meta que colocam de modo prioritário inúmeros integrantes da comunidade acadêmica. Com isso, abandonam conscientemente aquela postura subalterna de tentar focar o jornalismo sempre a partir dos parâmetros construídos por outras ciências e disciplinas que nem sempre lhe dizem respeito (MELO, 2006, p. 32).

Buscar a identidade do jornalismo, para o autor, significa, antes de mais nada, construir essa identidade, utilizando, para isso, arsenal metodológico alicerçado pelas ciências humanas – e não apenas por uma ciência em particular, para traçar os contornos da profissão e resgatar suas dimensões sociais e políticas.

José Marques de Melo, com seus textos sobre jornalismo comparado, sociologia da imprensa, pedagogia do jornalismo e gêneros jornalísticos, é um dos expoentes dessa corrente. Rossi, com **O que é jornalismo?** (2002), e Medina, com **Profissão: jornalista** (1982), também integram a trilha crítico-profissional.

A década de 80 significa, para os estudos em comunicação no Brasil, o período de sua legitimação acadêmica. É nessa época que as agências governamentais de fomento à pesquisa reconhecem-no como campo do conhecimento, possuidor de características próprias, voltado para a produção, difusão e consumo de bens simbólicos. Embora a conspiração contra os cursos superiores de jornalismo continue viva⁵, a comunidade científica da área passou à ofensiva, dedicando-se ferrenhamente à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa (MELO, 1983).

Melo (2006) encerra sua definição das correntes teóricas que guiaram a pesquisa em jornalismo no Brasil com a linha crítico-profissional, visto que o referido texto, embora publicado em edição recente, é datado de 1983. Em 2006, o autor

⁵ A perseguição aos cursos de jornalismo continua. Atualmente, está em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista. Muitos profissionais no país atuam baseados em registros precários.

revisa e completa esse estudo para apresentação oral durante a I Journalism Brazil Conference. Seguimos, então, essa reflexão acerca do pensamento jornalístico brasileiro na companhia deste texto atual e da investigação de Wainberg e Pereira (1999)⁶, que delimitam o estado da arte da pesquisa em jornalismo no país no final do século XX, com o levantamento dos trabalhos publicados entre os anos de 1983 e 1997.

A literatura revisada revela no período analisado um olhar muito mais complexo do fenômeno jornalístico do que era usual no Brasil em outras eras. O tema deixa de ser exclusivamente um objeto profissionalizante e/ou histórico e passa a ser também um fenômeno social. A investigação jornalística desempenha papel relevante na sociedade contemporânea e seus efeitos, possibilidades e limites provocaram nestes anos inquirições de natureza mais ampla e mais complexa (WAINBERG; PEREIRA, 1999, p. 36).

Os autores ressaltam, da mesma forma, a predominância dos estudos tecnológicos e linguísticos do jornalismo, uma lacuna observada por Goldstein (1983) nos anos 60 e 70, e agora contemplada. Há, também, uma crescente diversidade temática, com ênfase às experiências jornalísticas realizadas no âmbito organizacional – empresas e entidades sociais, de classe e ONGs.

Percebe-se na distribuição temática anual de publicações de livros e artigos a consistência e permanência ao longo do tempo dos estudos sobre ensino, história e teoria seguidos por um segundo bloco de interesse que inclui, nesta década, linguagem e tecnologia, jornalismo alternativo e jornalismo e empresas de comunicação. Ética no jornalismo torna-se tópico mais presente a partir dos anos 1990. Jornalismo organizacional tem crescido em volume, mas sua distribuição temporal ainda é irregular. No que se refere a jornalismo e ciência percebe-se que apresenta boa distribuição e que a produção em torno do tópico tem aumentado nos últimos anos. Histórias de vida têm sido uma constante no período. Os estudos sobre jornalismo econômico são periféricos. Os temas política e internacional são mais visados e presentes do que as demais editorias que se revelam praticamente ausentes (WAINBERG; PEREIRA, 1999, p. 29-30).

Surpreende, conforme Wainberg e Pereira (1999), o interesse dos pesquisadores pelo jornal, a mídia com maior prestígio e a mais estudada também nesse período

⁶ Para o levantamento, os autores rastream os acervos bibliográficos de seis universidades cuja catalogação responde à palavra-chave jornalismo. São elas: PUCRS, UFRGS, Unisinos, UFRJ, Unicamp e USP, sendo que as três primeiras foram visitadas pelos pesquisadores e as três últimas examinadas via Internet.

recente da história do país, a qual, para muitos estudiosos, estaria sufocada pelas novas tecnologias eletrônicas. Por decorrência, os autores surpreendem-se, também, com a posição secundária ocupada pelo jornalismo televisivo, radiofônico e *on-line* – este ainda muito incipiente à época. Outra constatação relevante é que “os estudos sobre revistas são raros e constituem grave lacuna a ser considerada num novo plano estratégico de pesquisa do jornalismo brasileiro para os próximos anos”.

São muitos os trabalhos científicos acerca do jornalismo publicados nesse período. Wainberg e Pereira (1999) levantaram 436, entre livros, artigos, teses e dissertações. Em seu texto, os autores não mencionam os títulos ou autores das referidas pesquisas, até porque esse não era o objetivo do trabalho e extrapolaria seus limites de extensão. No entanto, acreditamos ser importante destacar algumas obras de referência datadas dessa época.

Em **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**, cuja primeira edição saiu em 1983, Marcondes Filho (1989) aborda a transformação do jornalismo em atividade capitalista, a mercantilização da notícia e sua tendência a cultivar a passividade e a acomodação dos receptores.

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sobre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (MARCONDES FILHO, 1989, p. 13).

Trata-se de contribuição importante para o campo, pelo seu viés crítico e pela abordagem do jornalismo através da economia política, na qual foi um dos pioneiros.

Publicado originalmente como tese de livre-docência de Melo, **A opinião no jornalismo brasileiro**, veio a público pela primeira vez em 1985. Sua originalidade reside na definição do conceito dos gêneros e categorias jornalísticas de acordo com a realidade midiática brasileira. Reeditado com o título **Jornalismo opinativo** (2003), é referência ainda bastante atual. Embora diversos outros autores tenham se dedicado à discussão dos gêneros, a obra de Melo continua sendo das mais completas.

Em 1987, Genro Filho publicou **O segredo da pirâmide**, resultado de sua dissertação de mestrado. O autor lançava a concepção do jornalismo como forma de conhecimento, tese que seria aprofundada alguns anos depois por Eduardo Meditsch (1991) – devido a sua morte prematura, Genro não pode ir adiante na construção desse conceito. Na obra supracitada, o autor revisa as visões de jornalismo apresentadas

por diferentes correntes científicas e procura estabelecer um diálogo entre a narrativa teórica e a prática profissional. Rediscute os conceitos de *lead*, notícia e reportagem, e revisa o significado da *pirâmide invertida*.

A idéia da “pirâmide invertida” pretende encarnar uma teoria da notícia, mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constranger as possibilidades criativas mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação (GENRO FILHO, 1987).

A dissertação de mestrado de Eduardo Meditsch sobre o conhecimento do jornalismo foi publicada em 1991. Partindo do questionamento de Genro Filho e cruzando com outros pensadores que se debruçaram sobre questões relacionadas, como Robert Park (1940), Meditsch caracteriza o jornalismo como uma forma de conhecimento de direito próprio, ao invés de um simples instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por outrem e eventualmente, com isso, degradar esses saberes (2004, p. 376).

O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social (MEDITSCH, 2004, p. 365).

No mesmo ano, Carlos Eduardo Lins da Silva lança **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro** (1991), resultado de trabalho desenvolvido na *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, em Washington, no qual sistematiza as informações sobre como o jornalismo brasileiro adaptou conceitos e valores do jornalismo americano, sua maior fonte de influências, segundo o autor. No ano seguinte, 1992, Travancas lança **O mundo dos jornalistas**, um mergulho na identidade do jornalista brasileiro, através do uso da etnografia como metodologia de pesquisa. As rotinas jornalísticas e a realidade das redações são analisadas pela autora em um trabalho pioneiro.

1.3.6 CORRENTE CRÍTICO-HISTÓRICO-TECNOLÓGICA

A perspectiva crítica em relação ao jornalismo permanece nos textos publicados na virada do século. A teoria construcionista aparece, na produção científica brasileira, como a mais aceita pelos pesquisadores. Somados a essa visão da prática jornalística como construtora da realidade, com funções bastante claras no tecido social e parte de um processo dinâmico e multilateral, estão os estudos sobre os impactos das novas tecnologias no cotidiano profissional. A presença de computadores nas redações, a emergência do jornalismo *on-line* e as novas vivências proporcionadas pelo ciberespaço são algumas das temáticas abordadas na contemporaneidade.

Em 2000, Marcondes Filho lança **A saga dos cães perdidos**, obra que trata da fragmentação do jornalismo e das mutações que a atividade sofreu ao longo do tempo. Marcondes Filho reflete sobre o papel do jornalista diante da evolução tecnológica:

Os sistemas informatizados de transmissão e consulta de informações estão ocupando o espaço que no passado era reservado aos jornais, sobretudo os impressos. Estes tendem a perder progressivamente sua principal fonte de receita, o anunciante, mas também seu público leitor, que é em realidade sua “primeira mercadoria”. O jornalismo impresso, agora reduzido e debilitado, tende a se concentrar nos dossiês, análises e comentários e na imprensa especializada. Ele deixa de existir como grande sistema de divulgação em massa, como ocorreu especialmente na primeira metade do século XX, transferindo essa função de ampla difusão ao rádio e à TV e a função de atualização econômica, anúncios, consultas à Internet.

[...]

Sob as novas condições, a prática de produzir e divulgar notícias (o nome “jornalismo” vai se tornando cada vez mais incerto), operando sob o princípio da rapidez, da redução e da racionalização lingüística, da volaticidade, não deixa de recolocar velhos problemas: até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade ainda são confiáveis? Até que ponto pode-se depositar a mesma credibilidade que se tinha em relação aos antigos jornais, historicamente constituídos, socialmente muito mais enraizados, no noticiário da Net? (MARCONDES FILHO, 2000, p. 145 a 147).

Os estudos de caráter histórico, que são uma constante no campo de pesquisa em jornalismo, institucionalizam-se. Nos Congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), o Núcleo de Pesquisa de Jornalismo tem dedicado parte de seus encontros para a apresentação de estudos históricos. Em 2001, foi lançada a Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR), com o objetivo

de contar a história dos 200 anos da imprensa no Brasil, que serão comemorados em 2008. Alguns pesquisadores destacam-se nessa área, como Hohlfeldt, com sua tese de doutorado **Deus escreve direito por linhas tortas**, sobre os romances-folhetim que circularam na imprensa do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, publicada em livro, em 2003. Periódicos representativos na história deste Estado, como Última Hora (2002) e Jornal do Dia (2003), e a trajetória de escritores gaúchos no jornalismo, como Erico Verissimo e Mario Quintana, também já foram objetos de estudo de Hohlfeldt, que é um dos coordenadores do Grupo de Estudos de História e Imprensa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A emergência do jornalismo *on-line* foi discutida por Adghirni, no XV Congresso de Ciências da Comunicação, em 2002. O artigo “Jornalismo Online: em busca do tempo real” trata da produção e da difusão da notícia no novo suporte. Para a pesquisadora, as notícias veiculadas na instantaneidade da *web*, atualizadas minuto a minuto, em forma de *flashes*, fragmentadas e descontextualizadas, ofuscam seu sentido social e histórico. O jornalista, do francês *journaliste*, analista de um dia, estaria se transformando em um instanteísta, analista do instante? – questiona-se.

Com o intuito de compreender as alterações nas rotinas jornalísticas diante do novo contexto, Baldessar publica, em 2003, **A mudança anunciada: o cotidiano dos jornalistas com o computador na redação**. No mesmo ano, saem as obras **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**, de Machado, e **Jornalismo na Internet: planejamento e produção da informação**, de Pinho.

A novidade do jornalismo digital reside no fato de que, quando fixa um entorno de arquitetura descentralizada, altera a relação de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede a todos os usuários o *status* de fontes potenciais para os jornalistas. Se cada indivíduo ou instituição, desde que munido das condições técnicas adequadas, pode inserir conteúdos no ciberespaço devido à facilidade de domínio de áreas cada vez mais vastas, fica evidenciada tanto uma certa diluição do papel do jornalista como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar na esfera pública, quanto das fontes profissionais como detentoras do quase monopólio do acesso aos jornalistas. A possibilidade de dispensa de intermediários entre as fontes e usuários implode com a lógica do predomínio das fontes profissionais porque transforma os próprios usuários em fontes não menos importantes (MACHADO, 2003, p. 28).

A discussão do jornalismo como um *lugar* que participa diariamente da construção social da realidade é empreendida por Alfredo Vizeu (2004), no artigo

“A construção social da realidade e os operadores jornalísticos”. O autor aborda o processo de elaboração e enunciação da notícia.

A enunciação é uma espécie de tomada de posição, a instância que estrutura o valor do dito – as mensagens que ganham forma de matérias, segundo economias específicas a cada sistema e/ou suporte (veículo) de comunicação e que reproduzem dimensões classificatórias da realidade,(VIZEU, 2004, p. 112)

Essa visão do jornalismo como um processo, produto e produtor da realidade, propiciou a multiplicação de pesquisas com foco nas fontes jornalísticas e nos receptores da notícia. Guerra (2004) e Amaral (2003), entre diversos outros, foram a campo estudar a influência/participação desses sujeitos no universo jornalístico. Guerra analisou seis jornais do Sergipe para identificar as fontes de informação na cobertura dos temas ligados à infância e à adolescência. Amaral dedicou-se ao estudo do jornalismo popular, tendo como objeto de pesquisa o Diário Gaúcho, de Porto Alegre, no qual identificou a visibilidade, embora insuficiente, da fala do leitor.

1.4 NOVAS PERSPECTIVAS

A necessidade de metodologias específicas para o estudo do campo jornalístico é evidenciada por muitos pesquisadores contemporâneos. Essa demanda tem objetivos não apenas científicos, de demarcação e consolidação de uma área do saber, mas, especialmente, sociais, com o intuito de propiciar o diálogo entre o pensamento acadêmico e a prática profissional. Um método criado a partir das inquietações e da realidade própria do jornalismo oferece alternativas mais consistentes para a ultrapassagem dessa barreira, um dos principais desafios dos pesquisadores contemporâneos em comunicação.

A pesquisa na área amadureceu muito desde sua institucionalização. Os trabalhos publicados no Brasil são referência em diversos países, como pudemos constatar recentemente, quando estivemos em Portugal, para fazer pesquisas para esta tese. No entanto, ainda não conseguimos estabelecer um diálogo entre nossas pesquisas e o mercado jornalístico profissional. Não há dúvida de que estamos tratando de dois espaços distintos de construção do conhecimento – o campo da pesquisa em jornalismo e o campo do jornalismo em si. O desenvolvimento de ambos, porém, exige interação contínua, troca, contato. O pesquisador que *pensa* o jornalismo sem

olhar o jornalista e o jornalista que *executa* sua função sem *refletir* sobre ela, estão contribuindo, igualmente, para o perigoso alargamento da distância entre a teoria e a prática.

Para Sodré (2003), o desafio epistemológico do campo da comunicação é construir um paradigma de conhecimento em que o discurso reflexivo não seja totalmente estranho ao senso comum dos agentes sociais da comunicação, expresso tanto na mídia quanto na diversidade das práticas culturais. O objetivo é produzir um saber ético ou prático no sentido da atribuição de um sentido humano ao bios midiático, um saber capaz de reorientar as elites logotécnicas (jornalistas, diretores de mídia e produtores culturais, entre outros) e as comunidades tornadas audiências.

Evidentemente, a Comunicação não pode subtrair-se ao território do pensamento social, alinhando-se, portanto, com o que se vem chamando de ciências do homem. Mas é também evidente que não se trata de mais um mero objeto das velhas disciplinas sociais. Reconduzir o campo comunicacional ao paradigma já gasto das demais disciplinas sociais parece-me um retrocesso epistemológico (SODRÉ, 2003, p. 311).

O objetivo de nosso trabalho é, dentro de suas possibilidades, contribuir para a construção do pensamento jornalístico brasileiro e sua prática, através de uma proposta metodológica elaborada a partir da problemática específica do campo. Abordar o jornalismo como um processo dinâmico, movido pela inter-relação dos sujeitos que o constituem, é uma opção que, da mesma forma, responde a alguns anseios já manifestados na área, como o demonstra Cunha (2004):

Dado o paradigma adotado pela maioria das escolas de comunicação e jornalismo – um paradigma advindo basicamente do campo das Ciências Humanas, nomeadamente da Filosofia, Lingüística/Semiologia e Literatura, a maioria dos estudos empíricos tem vindo a situar-se no plano da produção, independentemente de já estar em curso a alteração do paradigma que contempla o processo circular da produção/*encoding* e da recepção/*decoding*. Assumindo à partida que esse processo complexo constitui a especificidade do campo da comunicação, media e jornalismo, é crucial desenvolver capacidades que permitam o cruzamento de dados advindos da produção/*encoding* e da recepção/*decoding*. Essa especificidade tenderá a consolidar-se na medida em que surjam investigações que inter-relacionem à atividade das empresas, dos diferentes media, seus produtos e características, bem como aos seus profissionais, aos públicos e audiências, efeitos, formas de recepção e consumo dos media.

[...]

Ao mesmo tempo, a consolidação desta perspectiva de investigação implicará a aquisição de múltiplas competências, na medida em que confronta conhecimentos de análise de texto, imagem e som com procedimentos de análise do discurso e observação etnográfica centrada em formas de recepção e negociação das mensagens noticiosas. Estas competências resultarão, certamente, em achegas importantes para a aferição não só da qualidade dos processos de comunicação, como dos media e do jornalismo, ao mesmo tempo em que promoverão a compreensão dos públicos e a fundamentação de políticas de programação (CUNHA, 2004).

Gadini (2005) salientou que as referências bibliográficas na área da comunicação abordam, genericamente, as “metodologias” de pesquisa em comunicação e, muito raramente, buscam discutir ou mesmo propor as bases metodológicas aos estudos em jornalismo. Para ele, é necessário pensar em estratégias metodológicas capazes de nortear e, acima de tudo, desafiar outros estudos em torno da produção e do campo jornalístico.

Daí porque buscar formas de melhor compreender o que temos e o que podemos, e talvez precisamos, consolidar em termos de orientações conceituais e metodológicas constitui um desafio atual e, ao que tudo indica, fundamental para garantir o necessário fortalecimento e autonomização do campo de produção jornalística, diz (GADINI, 2005, p. 187).

Na I *Journalism Brazil Conference*, evento realizado em Porto Alegre (RS – Brasil), em novembro de 2006, pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)⁷, uma das temáticas recorrentes entre os participantes de diferentes países⁸ foi a urgência de pesquisas comparativas internacionais, que cruzem dados a respeito do jornalismo em escala mundial. Algumas modalidades de trabalho foram propostas, como a criação de uma rede de estudo comparado, na qual a pesquisa seja completamente colaborativa. A cooperação internacional poderia acontecer, por exemplo, com a junção de um número representativo de pesquisadores, cada um ou cada grupo analisando a realidade de seu país. Os dados levantados seriam cruzados, sendo que cada trabalho passaria pela avaliação e análise de todos

⁷ A investigação em jornalismo conta, desde 2003, com a Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), que tem realizado congressos nacionais anuais, a fim de incentivar a troca de experiências entre estudiosos da área, consolidar o campo e fazê-lo avançar em suas reflexões.

⁸ Em especial, pelos pesquisadores Frank Esser, Thomas Hanitzch e Elias Machado, na mesa *Networking Journalism Research*, e Barbie Zelizer, na apresentação *Journalism and The International Academy*.

os participantes. São muitas as dificuldades para se colocar em prática um modelo como esse, passando pela necessidade de todos os pesquisadores conhecerem as realidades do jornalismo nos países estudados e esbarrando em problemas de financiamento e idioma, além da falta de interesse dos investigadores por estudos como esse, que exigem tempo e disponibilidade. Uma das questões comuns aos estudiosos que abordaram esse tipo de pesquisa é a necessidade de se trabalhar com metodologias comuns, voltadas aos estudos do jornalismo.

Machado, em sua conferência (2006), sublinhou a falta de problematização dos objetos do jornalismo frente a técnicas e metodologias de outras áreas, predominantes em nossas investigações. Para isso, segundo Machado, é necessário o emprego de métodos híbridos. “A importação de métodos dificilmente vai colaborar para a constituição do jornalismo como disciplina autônoma”, explicou, salientando que é preciso desenvolver ou adaptar metodologias para os diversos subcampos do conhecimento. De acordo com ele, muitas das metodologias aplicadas na atualidade não são satisfatórias, pois são externas ao campo. O pesquisador alertou para o fato de que a metodologia, no entanto, não garante a qualidade dos resultados, e que, obviamente, uma metodologia não exclui as outras. Em artigo publicado na revista Brazilian Journalism Research (2005), Machado define o jornalismo como um campo de conhecimento, e reivindica a reflexão metodológica para a consolidação desse campo.

Outra questão colocada em evidência naquele encontro foi a importância de se analisar as condições de produção do jornalismo, através da comparação sistemática das práticas jornalísticas, internacionalmente, e das condições de recepção. “Poucos trabalhos se dedicam aos públicos do jornalismo e a sua contribuição ao universo midiático. Os destinatários são dificilmente objetiváveis. Os leitores de um jornal não constituem uma uniformidade, mas um agregado”, disse Ruellan (2006).

Inserida nesse contexto, e procurando responder a algumas dessas questões, a Análise Global de Processos Jornalísticos vincula-se ao paradigma construcionista dos estudos de jornalismo como também às pesquisas metodológicas sobre a área. Embora compartilhe de muitos dos pressupostos da teoria multifatorial da notícia, proposta por Sousa (2000, 2006), a AGPJ não centraliza sua análise na notícia, como defende o pesquisador português, e, sim, no processo jornalístico como um todo.

Elaborada em meio à discussão da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do jornalismo, a AGPJ baseia-se em uma visão dialógica entre a academia e o mercado de trabalho, tendo em vista que o olhar a este é pressuposto para sua execução. Pretende, assim, colaborar para a construção de pontes entre esses campos irmãos, mas distintos, do jornalismo. É uma pesquisa oportuna, no sentido em que, mais uma vez, os estudiosos da área precisam provar a importância da formação em nível superior para a boa prática profissional.

2 ANÁLISE GLOBAL DE PROCESSOS JORNALÍSTICOS

O olhar científico acerca do veículo escolhido tem muito a ver com a realidade do pesquisador, com sua relação com o jornalismo, em todas as esferas, e com o próprio objeto. No campo da comunicação, no qual se insere este trabalho, alguns paradigmas são tradicionais e muitos outros surgem, respondendo a necessidades acadêmicas diante das mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, ou embaladas por modismos que morrem com o fim da estação.

A escolha desse paradigma define os rumos do trabalho investigativo e, de certa forma, direciona seu foco de análise. Acarreta a contemplação de alguns conceitos e o descarte, sem negligência, de outros. Isso porque a filiação, cega ou não, a uma área específica de estudos, significa a aproximação e a influência de autores, questionamentos e tendências que, de uma maneira ou de outra, afetam o resultado do trabalho. Não se trata de uma opção negativa ou arbitrária, mas necessária.

A presente pesquisa localiza-se, academicamente, no campo da comunicação, e, mais especificamente, nos estudos de jornalismo. Tem como preocupação compreender a prática jornalística na contemporaneidade e o modo como ela se insere e se relaciona com as mudanças sociais e culturais em curso. Levando-se em consideração o circuito comunicacional, proposto por Richard Johnson, autor ligado aos estudos culturais, pretende-se contemplar as condições relacionadas aos momentos desse processo – produção, textos, leituras e culturas vividas/relações sociais.

Acho que é mais fácil (na tradição dos Estudos Culturais do *Centre for Contemporary Cultural Studies* – CCCS) apresentar um modelo de forma diagramática. O diagrama tem o objetivo de representar o circuito da produção, circulação e consumo dos produtos culturais. Cada quadro representa um momento neste circuito. Cada momento depende dos outros e é indispensável para o todo. Cada um deles, entretanto, é distinto e envolve mudanças características de forma (JOHNSON, 1999, p. 33).

De acordo com ele, se o pesquisador se coloca em um ponto do circuito, não vê, necessariamente, o que está acontecendo em outros. As formas que têm importância para o cientista, situado em determinado ponto, podem parecer bastante diferentes para outro, localizado em outro ponto.

Além disso, os processos desaparecem nos produtos. Todos os produtos culturais, por exemplo, exigem ser produzidos, mas as condições de sua produção não podem ser inferidas simplesmente examinando-o como *textos*, explica (JOHNSON, 1999, p.33).

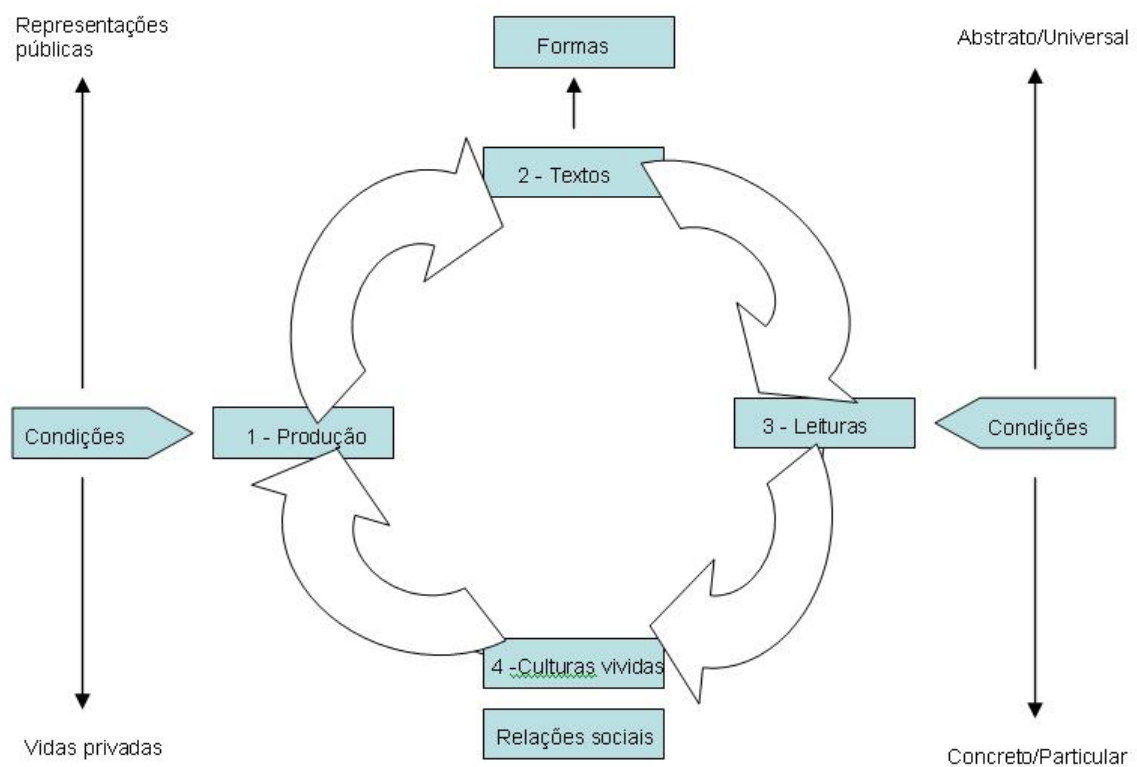
Da mesma maneira, os produtos culturais não são *lidos* apenas por analistas profissionais, mas pelo público em geral. Por isso, essas leituras também não podem ser analisadas apenas em suas condições de produção. “Como qualquer pessoa sabe, todas as nossas comunicações estão sujeitas a retornarem para nós em termos irreconhecíveis ou, ao menos, transformadas”, completa. Pode-se chamar isso de *má impressão* ou de uma *leitura equivocada*, mas elas são tão frequentes que podem ser consideradas normais. O mesmo acontece com uma pesquisa que contemple apenas estudos de recepção, ou suas leituras. As culturas vividas e as relações sociais, que servem de material bruto para uma nova produção cultural, e estão entre as condições especificamente culturais de produção, acabam fora da análise.

Eco (1994), em seus estudos sobre a presença do leitor no texto literário, afirma que todo texto é uma máquina preguiçosa, pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Entre os conceitos básicos definidos pelo autor, para compreender a relação entre produção e leitura, está o *leitor-modelo*. O *leitor-modelo* de uma história não é o leitor empírico. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque, em geral, utilizam o texto como receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas por ele.

Quem já assistiu a uma comédia num momento de profunda tristeza sabe que em tal circunstância é muito difícil se divertir com um filme engraçado. E isso não é tudo: se assistir ao mesmo filme anos depois, mesmo assim talvez não consiga rir, porque cada cena irá lembrá-lo da tristeza que sentiu na primeira vez. Evidentemente, como espectadores empíricos, estaríamos “lendo” o filme de maneira errada. Mas “errada” em relação a quê? Em relação ao tipo de espectadores que o diretor tinha em mente – ou seja, espectadores dispostos a sorrir e a acompanhar uma história que não os envolve pessoalmente. Esse tipo de espectador (ou de leitor, no caso de um livro) é o que eu chamo de leitor-modelo – uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar (ECO, 1994, p.15).

O texto é, então, um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos dos outros, como em um jogo ou uma batalha. A analogia só perde força pelo fato de que, num texto, o autor costumeiramente quer levar o adversário a vencer, e não a perder. Nesse processo, o próprio leitor empírico de um texto elabora uma hipótese acerca do autor, o autor-modelo. Sua configuração depende de traços textuais, mas põe em jogo o universo do que está antes do texto, atrás do destinatário e, provavelmente, diante do texto e do processo de cooperação que se estabelece na leitura (ECO, 1986). A análise desses movimentos permite compreender, de forma mais efetiva, o processo comunicacional.

Observa-se, abaixo, o diagrama desenvolvido por Johnson (1999):



A ideia dessa pesquisa é propor uma estratégia de investigação que possibilite a análise de cada uma dessas práticas, destacando o inter-relacionamento das mesmas, à luz dos estudos de jornalismo. Ou seja, estudar o jornalismo e, especialmente, os periódicos jornalísticos, tendo como diretriz o circuito comunicacional de Johnson (1999), analisando os momentos desse processo e seus pontos de intersecção com

as teorias e conceitos da área. A esse olhar global sobre os periódicos, que tem como premissa colocar em perspectiva conceitos e inferências que ficariam prejudicados se ancorados em um único ponto do circuito, chamaremos de Análise Global de Processos Jornalísticos (AGPJ). Trata-se de uma metodologia de pesquisa que permite o emprego de diferentes técnicas, desde que voltadas ao estudo da produção, do texto, da leitura e das relações sociais de um objeto específico. Compreende quatro momentos: análise sócio-histórico-cultural; análise de produção; análise de textos; análise de leituras e retornos. Embora esses momentos não sejam estanques, não obedeçam a uma sequência rígida, analisá-los em separado possibilita um melhor entendimento de suas peculiaridades. No entanto, é necessário ter em mente os entrecruzamentos que acompanham esse processo, contínuo e sem limites definidos.

2.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Na AGPJ, somamos ao diagrama proposto por Johnson uma análise sócio-histórico-cultural do contexto no qual o periódico em estudo está inserido. Esse procedimento é fundamental para a compreensão dos processos comunicacionais que se estabelecem, das realidades de produção e de leitura do periódico.

Em pesquisa na qual aplicamos a AGPJ ao estudo da revista cultural Aplauso, por exemplo, retomamos a história dessa especialização do jornalismo, sua evolução em diferentes partes do mundo, até chegar ao local em que nosso objeto de investigação é produzido, distribuído e consumido. Nesse momento do trabalho, podem ser empregadas técnicas como pesquisa bibliográfica, consulta a documentos e diferentes tipos de entrevistas.

Estudos sobre jornalismo político, econômico, esportivo ou mesmo de referência, entre outros, podem seguir essa lógica, desde que se consiga delinear da maneira mais completa possível a realidade que circunda o objeto.

2.2 PRODUÇÃO

O primeiro momento do processo jornalístico no circuito comunicacional proposto por Johnson é a *produção*. Trata-se da construção da notícia, do periódico em si, e tudo o que está envolvido nesse trabalho, ou seja, as condições de produção.

O autor aponta como definidores dessas condições as representações públicas e a vida privada dos agentes, no caso, dos jornalistas.

Adotamos, para a análise desse ponto do processo, o emprego do *newsmaking*, hipótese contemporânea de pesquisa em comunicação que se debruça sobre as rotinas de produção no jornalismo. É um estudo ligado à sociologia do jornalismo e tem ênfase na produção de informações, ou melhor, na potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001). O olhar dessa hipótese é centrado no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a notícia, e dá atenção ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação. Neste momento da pesquisa, é importante observar a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos, conceitos que dialogam com as variáveis das condições de produção propostas por Johnson.

Para a pesquisa sobre a revista Aplauso, por exemplo, acompanhamos, durante três meses, seu processo de produção jornalística. Nesse período, utilizamos as três modalidades de análise apresentadas por Wolf (2001). A visita, praticamente diária, à redação da revista, permitiu a análise dos modos de produção da mesma, assim como a descoberta de sua rotina e de como são encarados os problemas e os imprevistos. As informações coletadas durante essas visitas deram origem a um *caderno de campo*, no qual foram anotados dados, registrados acontecimentos e comportamentos. Participamos de diversas reuniões internas e conversamos com bastante frequência com os jornalistas, o que possibilitou avaliar questões no momento mesmo em que elas estavam acontecendo. Acompanhamos os jornalistas em entrevistas individuais e coletivas. Assistimos a reuniões de pauta da equipe, que permitiram, em primeiro lugar, a apreensão dos temas sugeridos e a posterior verificação de seus resultados, mas, sobretudo, a observação das preocupações editoriais. Para uma ampla compreensão da realidade de Aplauso, realizamos entrevistas individuais com os profissionais que nela atuam ou dela fizeram parte.

Na fase de observação, isto é, durante a presença do pesquisador no local, é de suma importância a existência de um plano de pesquisa, claro e orientado, segundo pressupostos teóricos precisos. Tanto a ausência de um plano, quanto a imposição de uma seleção por demais rígida ao material selecionado, podem causar o insucesso do trabalho.

A abordagem do *newsmaking* articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos seus processos produtivos. De acordo com Wolf, são as conexões e as relações existentes entre os dois aspectos que constituem o ponto central desse tipo de pesquisa (2001, p. 188). Através dessa análise, é possível, também, compreender as culturas vividas e as relações sociais que se estabelecem, nesse momento do circuito, e que o ligam aos demais.

2.3 TEXTOS

A análise dos *textos* no circuito comunicativo de Johnson corresponde, na AGPJ, ao estudo do conteúdo e/ou do discurso jornalístico. Descoladas de uma pesquisa mais ampla, essas técnicas podem apontar para resultados parciais e, por vezes, incompletos, do objeto analisado. No entanto, quando cruzadas com outros olhares e combinadas com outras ferramentas, elas contribuem para a compreensão do jornalismo, especialmente porque permitem a observação do produto final que será consumido pelos leitores, o texto, seja ele verbal ou não.

2.3.1 ANÁLISE DO DISCURSO

Diferentes técnicas podem ser empregadas nesse momento, dentre elas: análise de discurso, de conteúdo, estudos semiológicos, de linguística, etc. Na pesquisa sobre a revista Aplauso, optamos por utilizar a análise do discurso. Como trata da prática da linguagem, da construção de sentidos através da língua (ORLANDI, 2001, p. 15), a análise do discurso permite um mergulho no funcionamento do texto jornalístico, do qual se depreendem características do autor do texto, do contexto no qual ele foi escrito e, mesmo, do leitor imaginado da referida mensagem.

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Assim, a primeira coisa a se observar é que a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando,

considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2001, p. 15-16).

A análise do discurso relaciona-se diretamente com a proposta da AGPJ, pois leva em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, como pontua Orlandi (2001, p. 16). Ou seja, é uma análise que considera, também, aquilo que é exterior ao texto e o atravessa.

A questão que se coloca, nessa técnica, é: como esse texto significa? O processo de comunicação não é visto de forma linear, com uma clara separação entre emissor e receptor, atuando em sequência – primeiro um fala e o outro decodifica, etc. Eles realizam ao mesmo tempo o processo de significação. Ao invés da mensagem, o que se propõe é pensar o discurso (ORLANDI, 2001, p. 21).

Não se trata de transmissão da informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação, afirma Orlandi (2001, p. 21),

sublinhando que o “discurso é o efeito de sentidos entre locutores” (2001, p.21).

2.3.1.1 Produção Discursiva

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com certos fatores, dentre eles: relações de sentido, antecipação e relações de força. Não há discurso que não se relacione com outros. Um discurso aponta para outros, que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Trata-se de um estado do processo discursivo mais amplo, contínuo, sem começo absoluto ou ponto final.

Nesse processo, através do mecanismo de antecipação, o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar no seu interlocutor, *ouvindo* suas próprias palavras, antecipando-se a ele quanto ao sentido que as palavras podem produzir. De acordo com o efeito que deseja obter, o sujeito escolhe o modo como conduzirá o texto.

Há, ainda, as relações de força, que se relacionam com o lugar a partir do qual

o sujeito fala (ORLANDI, 2001, p. 39, 41). Em uma matéria sobre o avanço da ciência no combate ao câncer, por exemplo, o depoimento de um oncologista, reconhecido por seus pares e pela sociedade, tem maior *peso* do que a de um estudante de medicina. Esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias – projeções que permitem passar das situações empíricas (os lugares dos sujeitos) para as posições dos sujeitos no discurso, como explica a autora (2001, p. 41).

2.3.1.2 Análise do discurso jornalístico

Na análise do discurso da revista Aplauso, seguindo os objetivos do trabalho, serão mapeadas as vozes presentes nas reportagens de capa, produzidas durante o período em que realizamos o estudo aplicado de *newsmaking* à publicação. Como a revista é mensal, foram analisadas as três reportagens publicadas nesse espaço de tempo. Conforme Benetti (2006), a análise do discurso é especialmente produtiva para dois tipos de estudos no jornalismo – de vozes e de sentidos. Como selecionamos textos de temáticas diferentes, optamos por fazer um estudo que possibilite investigar os diálogos estabelecidos pelos jornalistas nas reportagens selecionadas. Por meio de uma pesquisa que contemple as vozes presentes nas matérias, cruzada aos demais momentos da AGPJ, é possível visualizarmos, além dos diálogos que acontecem *no* texto, também, as trocas que se dão *através* dele, mas *fora* de suas linhas, como entre jornalistas e fontes; jornalistas e leitores; leitores e outros leitores.

Benetti (2006) define o jornalismo como um discurso dialógico, opaco, polifônico, ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. Para analisá-lo, é fundamental levar em conta – e conhecer a fundo – esses fatores. A reportagem, gênero jornalístico ao qual pertencem os textos que constituíram o *corpus* dessa parte do trabalho, é um gênero discursivo no interior do tipo de discurso impresso que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso midiático, conforme definição de Mainguenu (2002, p. 61).

Nessa análise, são entrecruzadas ao texto as informações e as inferências resultantes dos estudos de produção e de recepção. Embora sejam analisadas posteriormente ao discurso, as entrevistas com os leitores, parte fundamental do estudo

de recepção, também são realizadas antes da análise dos textos. Esse entendimento das condições de produção e leitura auxilia especialmente na investigação dos sentidos presentes nas reportagens. Produtores e receptores, que se alternam constantemente nessas posições, atuam em cooperação.

Para construir uma interpretação, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas *regras do jogo*: por exemplo, que o enunciado é sério, que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito àqueles a quem é dirigido (MAINGUENAU, 2002, p. 31).

Trata-se de um acordo tácito, que obviamente não está explícito, mas é inseparável da atividade verbal.

O discurso jornalístico obedece a algumas leis, entre elas, a pertinência, a sinceridade, a informatividade e a exaustividade. O texto jornalístico deve ser pertinente, ou seja, interessar ao leitor, fornecer-lhe informações que modifiquem a situação. Se um jornal publica determinada notícia na capa, implica que essa informação é pertinente onde se encontra, como se encontra e para o público ao qual se destina. *A lei da sinceridade* diz respeito ao engajamento do enunciador em seu ato de fala. Ou seja, para afirmar algo, deve-se poder garantir a verdade do que se diz. *A lei da informatividade* estipula que não se deve falar para não dizer nada, que os enunciados devem fornecer informações novas aos destinatários. Além de informativa, a notícia deve ser também exaustiva – o enunciador deve dar a informação máxima, considerando-se a situação. Obviamente, estas leis muitas vezes não são obedecidas, até porque, como sabemos, não há narrativa desinteressada ou que não seja orientada pelas intenções do locutor. Mas, como são pressupostas ao discurso, essas leis emprestam caráter de pertinência, sinceridade, informatividade e exaustividade a textos que, não raro, carecem de alguma dessas características (MAINGUENAU, 2002, p. 34-37).

A palavra, para Bakhtin (1995, p. 95), está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Todos os enunciados são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores e, prospectivamente, para enunciados antecipados de falantes seguintes. Cada enunciado é um elo na cadeia de comunicação, e os enunciados são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos (FAIRCLOGH, 2001, p. 134).

Essa relação com o que é exterior, com o contexto de enunciação, e com o contexto sócio-histórico, mostra o texto em sua incompletude (ORLANDI, 1996, p. 194). Quando, mais adiante, trabalharmos no estudo da leitura, levaremos em conta essa determinação.

Levar em conta a intertextualidade, na leitura, é refletir (e tornar operacional) sobre o fato de que o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela sua relação com outros textos. Vejamos o que se pode levar em conta, quando se pensa a incompletude. Em relação à incompletude, não se trata de considerar o texto como matriz com pequenas lacunas que são preenchidas pelo leitor. O que expressaríamos dizendo que a natureza da incompletude não é lacunar, mas intervalar. O texto, objeto acabado, constitui uma totalidade sem começo, meio e fim. A natureza de sua incompletude é outra. Ela deriva de sua relação com as condições de produção, ou seja, da relação com a situação e com os interlocutores. O texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado, não enquanto fechado em si mesmo (produto finito), mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala (ORLANDI, 1996, p. 195).

O conceito de discurso com o qual trabalhamos é aquele defendido por Orlandi (1996): de linguagem em interação. Desse ponto de vista, a linguagem é observada em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação do que se diz. Segundo essa perspectiva, embora, de fato, o momento da escrita de um texto e o momento de sua leitura sejam distintos, na escrita já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto. “O texto é o *lugar*, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor”, diz a pesquisadora (1996, p. 180). Na AGPJ, propomos estudar as condições em que se dá a produção do emissor e do receptor, em momentos separados, mas que se encontram em um ponto comum, o texto. Esse contato entre jornalistas e leitores, no entanto, se dá também através de outras instâncias. *E-mails*, conversas pessoais em eventos ou, até mesmo, visitas à redação, para tratar de determinada matéria. Quer dizer, embora o texto seja o lugar oficial para esse encontro, o contato se dá também fora dele, e essa interação deve ser observada.

2.3.1.2.1 Vozes

O discurso jornalístico é, idealmente, polifônico. Entre as vozes presentes no texto, podem estar: as fontes; o jornalista-indivíduo que assina o texto; o jornalista-instituição, quando o texto não é assinado; o leitor que assina a carta publicada. Trata-se de um campo de interação. Embora dialógico, ele não é necessariamente polifônico. Para identificar a presença ou não desse caráter, é preciso mapear as vozes que o conformam e refletir sobre as *posições de sujeito* ocupadas por indivíduos distintos (BENETTI, 2006).

Um texto jornalístico pode ter um bom número de locutores e, mesmo assim, não apresentar polifonia. A multiplicidade de vozes depende da *enunciação*, das posições dos locutores ou do locutor em relação ao tema em questão. Segundo Ducrot (1987, p. 192), o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor. O autor coloca em cena diferentes personagens, cada uma enxergando o mundo através de seu ponto de vista. O movimento é realizado pelo próprio autor que, no entanto, alterna posições ao longo do texto. Do mesmo modo que nesse exemplo literário, no qual um locutor pode representar diferentes enunciadores, um grande número de locutores, quando manifestam posições semelhantes, apenas complementando um ao outro, constituem um único enunciador (BENETTI, 2006).

O indivíduo, ao falar, ocupa uma posição determinada, *de onde* deve falar naquele contexto de produção. Isso quer dizer que o mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeito. A mesma regra vale para o indivíduo que lê. Em segundo lugar, essas posições de sujeito são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação – e, lembremos, também as de interpretação, onde o discurso também se constitui – são compreendidas como lugares (BENETTI, 2006).

Com o objetivo de avaliar o discurso editorial da publicação, a AD possibilita detectar o diálogo entre as práticas produtivas da equipe de redação e o resultado do trabalho, tanto na publicação em si, quanto junto aos leitores, quando se chegar ao final da análise do processo.

2.4 LEITURAS

Como destaca Mouillaud, o periódico jornalístico só determina sua existência junto com o seu leitor:

Acreditar que o jornal existe por si só é confundi-lo com sua materialidade de tinta e de papel. Não são apenas os signos (o texto e a imagem) que acenam para o leitor, mas as propriedades que se pode chamar de pragmáticas. O códex, o formato, a área da página, o próprio papel clamam pela manipulação de um leitor (2002, p. 173-174).

Na Análise Global de Processos Jornalísticos, a leitura não é um momento isolado do processo comunicativo, mas integra a dinâmica da rede. Todos os momentos do circuito comunicativo estão interligados. A leitura, como define Johnson, não é tratada como assimilação, mas como sendo, ela própria, um ato de produção. Aliada aos estudos de produção e texto, a investigação nessa linha permite o desenho do processo comunicacional no periódico jornalístico em questão.

A visão apresentada por Martín-Barbero é oportuna:

A recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Isto significa uma pesquisa de recepção que leve à explosão do modelo mecânico, que, apesar da era eletrônica, continua sendo o modelo hegemônico dos estudos de comunicação (1995, p. 40).

A proposta do autor é de um estudo, não dos efeitos dos meios de comunicação na vida das pessoas, mas do que as pessoas fazem com os meios, a sua leitura de todo esse processo, desde o ponto que ela se coloca no circuito. Inserido no campo da cultura, o estudo da comunicação, de acordo com Martín-Barbero, implica uma primeira desterritorialização conceitual que abre esse estudo à pluralidade dos atores e à complexidade de suas dinâmicas. A comunicação é, nesse sentido, um movimento que atravessa e desloca a cultura. “Pois o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para se converter em estrutural” (2002, p. 35), explica, lembrando que o lugar da cultura na sociedade muda também quando os processos de globalização econômica e informacional reavivam a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais,

regionais – até convertê-las em dimensão protagonista de muitos dos mais ferozes e complexos conflitos bélicos dos últimos anos. Ao mesmo tempo, essas identidades, mais as de gênero e as de idade, estão reconfigurando a fundo a força e o sentido dos laços sociais e das possibilidades de convivência no nacional.

Para Thompson (2005), a recepção é uma atividade, um tipo de prática pela qual o indivíduo percebe e trabalha o material simbólico que recebe. No processo de recepção, os indivíduos usam as formas simbólicas para suas próprias finalidades, de maneiras extremamente variadas e relativamente ocultadas, uma vez que essas práticas não estão circunscritas a lugares particulares. Enquanto a produção *fixa* o conteúdo simbólico em substratos materiais, a recepção o *desprende* e o liberta para a interferência do tempo. Além disso, os usos que os receptores fazem das matérias simbólicas podem divergir consideravelmente daqueles (se é que houve) objetivos pensados ou desejados pelos produtores. Mesmo que os indivíduos tenham pequeno ou quase nenhum controle sobre os conteúdos das matérias simbólicas que lhes são oferecidas, eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneiras totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores. Conforme o autor, a recepção é um processo *situado*, porque acontece com indivíduos em determinado contexto sócio-histórico; *rotineiro*, porque é parte integrante das atividades da vida diária; *especializado*, porque exige conhecimentos específicos (referentes à técnica, ao conteúdo, etc.); e *hermenêutico*, pois envolve interpretação, através da qual os produtos adquirem sentido.

Diferentes ferramentas podem ser empregadas para o estudo da leitura: grupos focais, pesquisa participante, pesquisa-ação, entrevista, história oral, etc. Em nossa pesquisa sobre Aplauso, a investigação acerca das leituras se deu através de entrevistas com os leitores, assinantes da revista.⁹ Como não tivemos acesso à listagem total de assinantes da publicação, por uma questão de sigilo, o departamento de circulação forneceu-nos uma listagem, obtida, a nosso pedido, de forma aleatória. Nela, constavam 36 assinantes, 21 de Porto Alegre, cidade onde a revista é produzida e 15 do interior do Rio Grande do Sul, estado que concentra sua circulação. Ao final de cada uma das edições que acompanhamos, através da observação do *newsmaking*,

⁹ Nosso objetivo inicial era trabalhar, também, com as cartas enviadas pelos leitores à redação. Como, em sua grande maioria, esses textos não tratavam das reportagens de capa, mas de matérias secundárias e artigos opinativos, a seção Correio não entrou no *corpus* da pesquisa.

seleccionávamos, também aleatoriamente, os leitores, alguns da capital, outros do interior, e passávamos os nomes para o departamento de circulação, que fazia um contato prévio com os assinantes. Esse contato consistia na explicação do trabalho que seria realizado, no convite à participação e na solicitação de autorização para que os contatos (telefone, endereço ou *e-mail*) fossem disponibilizados a nós, para que pudéssemos, então, realizar a entrevista. Em nenhuma edição, partimos de um número específico de leitores. Quando as respostas começavam a se repetir, cessávamos os contatos. O critério, nesse caso, foi puramente qualitativo. A grande maioria das entrevistas com os leitores de Porto Alegre foi realizada pessoalmente, muitas vezes em suas casas. Os assinantes do interior foram contatados por telefone.

A esse estudo junto aos receptores acrescentamos o cruzamento da observação do tratamento dado ao retorno dos leitores, na redação da revista, quando possível, assim como nas entrevistas realizadas com integrantes da equipe – nas quais procuramos sempre contemplar esse aspecto. Também integraram o *corpus*, deste momento da análise, as manifestações publicadas na internet a respeito das reportagens de capa em questão.¹⁰

Na observação do *newsmaking*, uma de nossas preocupações era analisar o tratamento dado aos leitores, ao retorno desses leitores, como ele se dava, etc. Essa temática foi questionada, também, nas entrevistas realizadas com a equipe de Aplauso. A observação, na redação da revista, do tratamento dado ao retorno dos receptores, permitiu compreender a negociação que se estabelece entre produtores e leitores, que têm papéis trocados, nesse momento do circuito, e foi fundamental para a análise do processo.

Ouvir os leitores em uma entrevista focalizada, temática, permitiu a inserção, nos limites do possível, nas culturas vividas e nas relações sociais, restritas, no caso de Aplauso, ao campo jornalístico e cultural, e centrada na visão e na negociação com o periódico jornalístico. O contato com os leitores apresentou-se, também, como uma forma de entender *suas* rotinas de leitura.

Optamos por contemplar, ainda, em nossa investigação, textos de circulação *on-line*, em primeiro lugar, por se tratar de um importante instrumento de trocas simbólicas na contemporaneidade. Além disso, ao longo do trabalho, fomos surpreendidos, em

¹⁰ As manifestações foram levantadas através de pesquisas no *site* de buscas *Google*, utilizando diferentes termos e expressões que caracterizam os textos em questão.

uma das edições, por um verdadeiro debate em torno do tema de uma das reportagens – suscitado por ela, e ponderamos que o mesmo não poderia ser ignorado. Então, assim como estudamos as leituras através de entrevistas e observação participante, estendemos essa investigação para a *web*.

O que os leitores fazem com as informações trazidas pelos textos? Como eles enxergam esse processo? Como se posicionam diante dele? De que modo se dá a produção dos leitores? E os jornalistas, como negociam com ela? O que fazem com essas manifestações? De que modo trabalham com o retorno dos leitores em seu cotidiano profissional e pessoal? Estas foram algumas das questões norteadoras desse momento da pesquisa.

2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGPJ

Pensar academicamente um objeto das ciências humanas e sociais não é tarefa fácil. Isolar o objeto de seu contexto real, em um laboratório, ou apenas conservá-lo em ambiente artificial, com *temperatura* e *dimensões* adequadas, mesmo se possível, nem de longe garantiria a reprodução das múltiplas vivências e relações que se dão em seu cotidiano.

Pode-se enxergar o jornalismo através de um microscópio? Obviamente, não. Mas é possível fazer essa tentativa, quando se pensa no jornalismo como objeto de investigação científica. Não com o intuito de enquadrá-lo ou engessá-lo em uma metodologia específica. Pelo contrário, levando em consideração as particularidades de cada periódico jornalístico, a ideia é despertar no pesquisador a sensibilidade que guiará o olhar sistemático sobre esse objeto singular. A metodologia de pesquisa em jornalismo é, em uma comparação fácil, semelhante à lente do microscópio. Dependendo da lente utilizada, enxergamos o objeto de uma forma diferente, sob determinado ponto de vista.

Olhar o jornalismo através da lente AGPJ é comprometer-se com uma visão que engloba o processo comunicativo. Essa estratégia visa a compreender o circuito do jornalismo, em seus principais momentos. Trata-se de uma proposta metodológica, sim, mas, mais do que isso, de uma visão sobre o jornalismo como objeto de pesquisa científica. Ela permite revelar uma série de características do processo jornalístico, entre as quais, destacam-se:

- *Coerência ou não entre a imagem que o jornalista tem do leitor e o leitor real:*

A análise das rotinas produtivas e do consumo do texto jornalístico revela a relação existente entre seu leitor imaginado e seu leitor real;

- *Escolhas do jornalista:* A AGPJ permite trazer à tona os silenciamentos, a polifonia ou a monofonia dos textos jornalísticos, os critérios para a seleção de fontes e pautas e os pontos de vista ideológicos;

- *Relação entre jornalistas e leitores:* O encontro oficial se dá no texto, mas as relações de jornalistas e leitores acontecem em diversas outras esferas, como é explicitado pela AGPJ. Preocupações comuns, visões conflitantes e interesses de ambas as partes podem ser investigados em conjunto, através do método.

A AGPJ adapta técnicas oriundas da investigação social e dos próprios estudos em jornalismo, com o objetivo de possibilitar uma pesquisa abrangente, mas amparada em um método que deve ser problematizado frente ao objeto. Para facilitar seu uso, elaboramos um guia, com informações importantes para os pesquisadores que desejarem aplicá-lo:

- *Quando usar a AGPJ?* A AGPJ deve ser empregada quando o pesquisador estiver interessado em uma análise global do processo jornalístico e não apenas de um de seus momentos. Seu objeto de estudo deve estar localizado no presente, ou seja, deve ser um veículo em atividade na ocasião do estudo. Isso porque a análise do processo jornalístico deve contemplar os circuitos produtivos: estudos das rotinas, análise dos textos produzidos durante esse período e investigação das leituras desses mesmos textos.

- *Quando não usar a AGPJ?* A estratégia proposta não responde às necessidades de uma pesquisa histórica, por exemplo. Seja para estudar um veículo que não está mais em circulação ou para analisar matérias já publicadas, das quais não se poderá acompanhar o processo produtivo, é aconselhável que o pesquisador procure outro método. Não funciona, por exemplo, analisar reportagens publicadas na década de 70 ou, mesmo, há um mês antes do início do trabalho. É preciso respeitar a dinâmica temporal de cada circuito. AAGPJ também não deve ser empregada quando o pesquisador enfrentar muitas restrições no acesso ao veículo e na observação das rotinas de sua equipe. O livre acesso ao fazer jornalístico do objeto em questão é fundamental para a aplicação desse método.

- *Para que tipo de veículo ela é adequada?* A AGPJ é adequada para praticamente todos os veículos de comunicação social, de cunho jornalístico, desde que interessados em ser objeto desse tipo de investigação.

- *A que recorte temporal ela deve obedecer?* A aplicação da proposta deve responder, primeiramente, à periodicidade do objeto. Como o objetivo é verificar as rotinas, ou seja, analisar aquilo que se repete no cotidiano profissional, é necessário traçar um recorte mínimo, que deve ser estabelecido pelo próprio pesquisador, tendo em vista as características de seu objeto de pesquisa. Apenas como norte, em uma revista mensal, como é o caso de Aplauso, consideramos satisfatório analisar três números da publicação. Em um periódico semanal, pode-se optar pelo estudo de um mês inteiro, ou seja, de quatro edições. Quando se tratar de um jornal diário, uma semana pode ser o suficiente.

- *Do que não se deve abrir mão para executá-la?* Não se deve abrir mão do livre acesso às informações, no estudo da produção e das leituras. Se não houver liberdade para observar os acontecimentos, o pesquisador corre o sério risco de fazer uma análise equivocada ou incompleta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar, investigar, analisar. Envolver-se com a ciência é comprometer-se. Comprometer-se com o campo que se estuda, com os indivíduos que o integram, com a evolução do pensamento e com o futuro. Na pesquisa em jornalismo, embora se trate de um espaço em consolidação, trabalhamos com um amplo repertório, nacional e internacional, que tem contribuído para a compreensão do complexo processo em que se insere nossa atividade: a comunicação. Estudar o jornalismo é, então, considerar as diferentes forças que incidem sobre ele: os jornalistas, os dirigentes das empresas de comunicação, as fontes, os leitores, o mercado, as autoridades políticas e econômicas, etc. É dessas tensões que resulta o *texto* jornalístico e se desenham os processos que o envolvem, como a *produção* e as *leituras*. Partindo desse entendimento, propusemos, neste trabalho, a Análise Global de Processos Jornalísticos, uma estratégia metodológica para o estudo do jornalismo, que tem como objetivo contemplar o circuito comunicativo que envolve esse fazer.

Para chegar a essa proposta, traçamos, inicialmente, um panorama da pesquisa em jornalismo, com suas teorias e métodos, explicitando a contribuição brasileira para o campo. Através do diálogo com diversos autores, e da participação em eventos que discutiram as problemáticas contemporâneas da área, constatamos a necessidade de refletir metodologicamente sobre nosso objeto, o jornalismo, para refinar nossas pesquisas e aumentar, cada vez mais, seu grau de cientificidade.

A pesquisa mostrou ser possível a execução de uma estratégia metodológica para o estudo de periódicos jornalísticos impressos que contemple os principais momentos do processo comunicativo. Trata-se, sim, de um trabalho que exige fôlego e tempo do cientista, mas que, em nosso ponto de vista, traz resultados satisfatórios, pois permite compreender a dinâmica do veículo, a interferência de agentes internos e externos no processo jornalístico e o diálogo que se dá entre produção, textos, leituras e culturas vividas / relações sociais. Como sabemos, há um intenso diálogo, por exemplo, entre equipe de redação e leitores, que não está explícito no texto, mas

que se pode constatar através de entrevistas com esses dois grupos. Preocupações comuns, mesmo que analisadas desde pontos de vista diferentes, evidenciam a existência dessa relação que se insere no texto, mas está, também, fora dele.

Acreditamos que, nesse olhar global, reside a principal contribuição dessa estratégia. A preocupação com o todo resulta em um trabalho que permite compreender o processo jornalístico, não apenas o jornalista, a notícia ou seu leitor. Não se trata de uma abordagem melhor, mas diferente. Que não substitui, em hipótese alguma, as investigações que se especializam em um dos momentos do processo, mas se soma a elas para jogar mais luz à nossa profissão. Isso porque, mesmo investidos no papel de pesquisadores, nunca deixamos de ser jornalistas, e pesquisar nosso ofício é, também, um exercício de autoconhecimento.

Assim como os demais métodos e técnicas, a AGPJ indica características do próprio pesquisador. Quem optar por ela deve estar, então, preocupado em apreender elementos desse circuito, que é vivo, multifacetado, e rico em possibilidades. Deve, também, estar ciente de suas fragilidades. Como estamos analisando três momentos do circuito comunicativo, temos, somadas, as dificuldades encontradas pelos pesquisadores que se dedicam a cada uma delas, mais os obstáculos que se impõem por abraçarmos o todo.

Quando nos propusemos a analisar globalmente um produto jornalístico, corremos riscos, assim como quem se dedica a estudar apenas um momento do circuito comunicativo. Se esses precisam estar atentos à interferência do todo, mesmo que miremos em um objeto mais restrito, sob pena de descaracterizá-lo, nós devemos estar alertas para não pecar pela superficialidade. Temos um longo caminho a percorrer. Escolhemos assim. Então, precisamos fazê-lo sem pressa. Como já referimos, a AGPJ exige tempo, produto raro na contemporaneidade, mas esperamos que, mesmo assim, não afugente os pesquisadores da área. Acreditamos que seja possível olhar o todo sem negligenciar suas partes, e esperamos ter conseguido mostrar isso.

Além de contribuir para uma visão abrangente do jornalismo, a AGPJ permite que tragamos, para nossas pesquisas, uma característica cara ao próprio jornalismo: a polifonia. Ouvindo jornalistas, fontes, diretores, ex-colaboradores e leitores, é mais provável que se alcance uma pesquisa que traga diferentes vozes e perspectivas. Assim como na análise do discurso, o número de locutores não garante a multiplicidade de vozes, mas a fala de agentes envolvidos em diferentes momentos do processo tem

mais alternativas de trazer, também, pontos de vista diversificados sobre o mesmo.

Estudar o circuito que dá vida ao jornalismo permite visualizarmos as discussões que permeiam a construção do texto, sua leitura e as relações que se estabelecem entre os sujeitos do processo. Para consolidar-se como uma estratégia metodológica, a AGPJ precisa ser utilizada para o estudo de outros objetos, por diferentes pesquisadores. Essas experiências devem aprimorá-la e, esperamos, transformá-la em um instrumento que contribua para a pesquisa em jornalismo.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo Online: em busca do tempo real. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**. Salvador, 2002. **Anais**. Salvador, 2002.

ALBERTOS, José Luis Martínez. **Curso general de redacción periodística**. Madrid: Paraninfo, 2001.

ALMEIDA, Maria da Conceição de; KNOBB, Margarida; e ALMEIDA, Ângela Maria (orgs.). **Polifônicas idéias**: por uma ciência aberta. Porto Alegre: Sulina, 2003.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

AMARAL, Márcia. **A fala popular e a realização do jornalismo**. IV Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2003.

APLAUSO. Porto Alegre, 1998-2006.

ARNT, Hérís. **A influência da literatura no jornalismo**: o folhetim e a crônica. Rio de Janeiro: e-papers, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal**: história e técnica. São Paulo: Ática, 1990. v.2.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada**: o cotidiano dos jornalistas com o cotidiano na redação. Florianópolis: Insular, 2003.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Porto Alegre: Globo, 1955.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrell. Análise hermenêutica. In: DUARTE,

Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 316-329.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Márcia. **Análise de Discurso**: estudo de vozes e sentidos. 2006. No prelo.

_____. Data and reflections on three journalism research environments. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, 1º sem. 2005.

_____. **Jornalismo e perspectivas de enunciação**: uma abordagem metodológica. 2006. No prelo.

_____; LAGO, Claudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLHER, Luís Fernando (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia – De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. Porto Alegre: Summus, 1986.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. *Grupo focal*. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 180-192.

CUNHA, Isabel Ferin. **Repensar a investigação empírica sobre os media e o jornalismo**. 2004. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 5 de junho de 2006.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-84.

_____; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

_____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais** – Uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. Delineamentos para uma cartografia brasileira dos Estudos Culturais. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 19-30, ago-dez. 2004.

FAIRCLOGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

GADINI, Sérgio Luiz. Dilemas da pesquisa brasileira no jornalismo contemporâneo. **Pauta Geral – Revista de Jornalismo**, ano 12, n. 7, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. Edição *on-line*. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

GOLDSTEIN, Gisela Taschner. Pesquisa sobre jornalismo impresso. In: MELO, José Marques de (Org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1983.

GOMES, Itânia Maria Mota Gomes. **Efeito e recepção** – A interpretação do processo

receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

GRIMSON, Alejandro. **Interculturalidad y comunicación**. Buenos Aires: Norma, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. Fontes de Informação na cobertura dos temas ligadas à infância e adolescência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27. Porto Alegre, 2004. **Anais**. Porto Alegre, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: o romance folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____; STRELOW, Aline. **Metodologias de pesquisa. O estado da arte no campo do jornalismo**. Palestra apresentada no 5º SBPJor – Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado entre os dias 15 e 17 de novembro de 2007, em Aracaju (SE). Disponível no *CD-ROM* do evento.

_____. Jornal O Dia, projeto renovador com discurso conservador. In: CONGRESSO DA INTERCOM, 26. Belo Horizonte, 2003. **Anais**. Belo Horizonte, 2003.

_____. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 7, 1997.

_____; BUCKUP, Carolina. **Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.). **Teoria da Comunicação: antologia de Pesquisadores Brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1992.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Ideologia e técnica da notícia**. 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2001.

_____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1990.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **A miséria do cotidiano** – Energias utópicas em um espaço urbano moderno e pós-moderno. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1991.

_____. **A miséria do jornalismo brasileiro** – As (in)certezas da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Elias. Conferência. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2006. In: **Anais**. Porto Alegre, 2006.

_____. From journalism studies to journalism theory. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, p. 11-22, 1º sem. 2005.

_____. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MAINGUENAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 305-315.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

_____. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito**, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. **Dos meios às mediações** – Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTELART, Armand. **Diversité culturelle et mondialisation**. Paris: La Decouverte, 2005.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente** – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Entrevista** – O diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Notícia**: um produto à venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982,

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima**: o dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. s.d. Publicação *on-line*. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

_____. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.). **Teoria da Comunicação**: antologia de Pesquisadores Brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 363-378.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, José Marques de (Org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil**: tendências e

perspectivas. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983.

_____. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Comunicação social: teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1971.

_____. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: F.T.D., 1992.

_____. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

_____. Pesquisa jornalística: a moderna tradição brasileira. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, Porto Alegre, 3 a 5 de novembro de 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006.

_____. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: UnB, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas: Unicamp, 1988.

PARK, Robert. A notícia como conhecimento. In: STEIBERG, C. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1970.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: uma análise crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 125-145.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo**, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet**: planejamento e produção da informação on-line. São Paulo: Summus, 2003.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

RODRIGUES DOS SANTOS, José. **Comunicação**. Lisboa: Prefácio, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RÜDIGER, Francisco. **Ciência social**: crítica e pesquisa em comunicação. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

RUELLAN, Denis. Conferência. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Muniz. Ciência e método em comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media. 1999. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como teoria do jornalismo**. 2004. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Elementos de jornalismo impresso**. 2001. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006.

_____. **Reflexões sobre um horizonte possível para o jornalismo impresso generalista de qualidade**. 2006. Biblioteca *On-line* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

_____. Tobias Peucer: progenitor da **Teoria do Jornalismo**. Estudos em Jornalismo, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

SOVIK, Liv. Prefácio. In: HALL, Stuart (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do jornalismo. **Estudos em Jornalismo**, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

THOMPSON, Alistair. **Desconstruindo a memória**: questões sobre as relações da História Oral e da recordação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, outubro de 1995. Mimeo.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo:** questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999.

_____. **O poder do jornalismo** – Análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **Teorias do Jornalismo** – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo** – Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2006. p. 98-109.

_____. **O livro no jornal** – Os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90. Cotia: Ateliê, 2001.

_____. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1992.

VIZEU, Alfredo. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 25, 2004.

WAINBERG, Jacques A.; PEREIRA, Manuel Luís Petrik. Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 11, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 2001.

